

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

THALITA CALMON CAPELINI

**SUSCITAR UMA MÁQUINA DE GUERRA POSSÍVEL (E NECESSÁRIA):
PENSANDO A RELAÇÃO ENTRE APARELHO DE ESTADO E MOVIMENTOS
SOCIAIS**

**VITÓRIA - ES
2014**

THALITA CALMON CAPELINI

**SUSCITAR UMA MÁQUINA DE GUERRA POSSÍVEL (E NECESSÁRIA):
PENSANDO A RELAÇÃO ENTRE APARELHO DE ESTADO E MOVIMENTOS
SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Institucional.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gilead Marchezi Tavares.

VITÓRIA - ES

2014

THALITA CALMON CAPELINI

**SUSCITAR UMA MÁQUINA DE GUERRA POSSÍVEL (E
NECESSÁRIA): PENSANDO A RELAÇÃO ENTRE APARELHO DE
ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Vitória, 29 de setembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Gilead Marchezi Tavares (Orientadora)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL/UFES

Prof.^a Dr.^a Katia Faria de Aguiar
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA/UFF

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Figueiredo Louzada
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL/UFES



Fotógrafo: Izaias Faria Buson (2011)

“Intervenções moleculares podem transpassar bunkers”

(Lucia Maciel Barbosa de Oliveira, p. 26, 2007)

AGRADECIMENTOS

Um livro de poesia na gaveta não adianta nada. Lugar de poesia é na calçada...

(Sérgio Sampaio)

Inicialmente, agradeço aos anônimos – multiplicidades de corpos, singularidades – que foram às ruas na cidade de Vitória em 2011, mostrando que lugar de lutas é na calçada, porque elas são poesia. As experiências vividas nos dias 02 e 03 de junho de 2011 estão cravadas na minha pele e ainda incendeiam meu coração. Essa dissertação começou a ser pensada nas calçadas de Vitória, em junho de 2011, em meio a balas, bombas, poesias e resistências.

Aos companheiros do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Serra/ES, que me acolheram e continuam acolhendo de forma tão alegre e carinhosa, e aos militantes que foram entrevistados durante nossa pesquisa e que proporcionaram trocas e afetações muito ricas. Este trabalho é fruto do nosso encontro. Gratidão.

À Gilead, parceira desde a graduação, dos tempos de PET e PIVIC, pelas contribuições e intervenções produzidas em mim, que me fizeram perceber, dentre tantas outras coisas, que professorar é compromisso ético-político com a vida.

À Ana Paula Louzada e Katia Faria de Aguiar, pelas indicações de leituras e pela disponibilidade em compor a banca desta dissertação.

Aos colegas da turma VI, pelas trocas e risadas em salas de aula e em mesas de bar.

À Silvia e Soninha, pelo comprometimento e por sempre auxiliarem os alunos na parte burocrática do mestrado com boas doses de riso e papos descontraídos. Especialmente à Soninha, que se tornou minha amiga além dos muros do PPGPSI.

Às minhas tias, tios e prim@s, por terem se esforçado em me ajudar e ajudar aos meus irmãos quando nossa mãe adoeceu naquele fatídico agosto de 2013.

Aos meus irmãos Tarcísio e Maria Angélica e à minha cunhada, Simone, pelo carinho, confiança e por sempre trazerem o riso de volta, quando tudo está pesado.

À dona Fátima, mãezona, que nos motivou, desde pequenos, a ousar saber as coisas. Agosto de 2013 trouxe a maior dificuldade de nossas vidas, mas diante de todo sofrimento, você soube renascer em forma de flor. Aprendo cada dia mais com sua força.

Ao meu pai, Tarcísio, pela reaproximação que fez bem a todos nós.

À Lucas, com quem eu aprendo todo dia que o amor é a resposta, como cantou Lennon.

À Patrícia, pelo carinho e por sempre estar presente para ajudar a mim e a Lucas.

Aos queridos amigos Roberta, Lara, Gigi, Vivi, Luise, Zilda, Ernesto, Thiago, Michell. Vocês estão sempre no meu coração!

À Fabi e Ana Cristina, amigas e eternas companheiras de República, presentes mesmo na distância.

À Luiza e Fernando, amigos e também família. Alegria imensa em tê-los sempre por perto!

Aos colegas do Centro Pop, parceiros de trabalho e de luta.

Aos moradores de rua que conheço todos os dias no Centro Pop, por me ensinarem que a vulnerabilidade a que estão expostos não os impede de construir uma vida potente. Com vocês eu aprendi a confiar no corpo como resistência.

À CAPES, pelo financiamento dessa pesquisa.

Por fim, gostaria de agradecer ao colega e parceiro de lutas Izaias Faria Buson, autor da foto que utilizamos na entrada desta dissertação. Zazá, como era carinhosamente chamado, acompanhou intensamente as manifestações de 2011 e 2013 na Grande Vitória e com seu olhar sensível se colocou a transformar em imagens as potências da vida. Infelizmente, Zazá passou para um outro plano de compreensão em setembro de 2013, mas continua presente em todos em nós e em suas memórias fotográficas. Izaias, presente!

*Quem tem consciência pra se ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa contra a mola que resiste*

*Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade, decepada
Entre os dentes segura a primavera.*

Primavera nos dentes - Secos e Molhados

Resumo

As manifestações globais ocorridas a partir de 2010 suscitaram novas formas de ajuntamento e luta política, produzindo fissuras na constituição de alguns saberes, nos incitando a pensar sobre nossas condições de existência e a desmanchar compreensões endurecidas acerca do que é política, democracia, militância e movimentos sociais. Nesta dissertação, colocamos em análise o diagrama de forças constituintes do contemporâneo que tem produzido tanto o aparelho de Estado quanto os movimentos sociais. Lançando mão de um processo cartográfico, nos aproximamos do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da cidade de Serra/ES, que possui um longo histórico de lutas e conquistas em favor do respeito aos direitos humanos no Estado do Espírito Santo. Durante um ano, participamos das Assembleias Gerais e de atividades propostas pelo CDDH e, por meio do contato com os militantes envolvidos nesse espaço, também realizamos entrevistas com quatro personagens da militância capixaba. Os encontros advindos desse percurso nos levaram a empenharmo-nos em desmanchar aquilo que, no terreno dos movimentos sociais, se encontra endurecido: as concepções de Estado totalizador e transcendente, a história como progresso, o poder como algo que se detém e que está localizado no aparelho de Estado. Apostamos na montagem dos movimentos sociais como máquinas de guerra, que se colocam a inventar resistências cotidianamente, frente aos processos de captura engendrados pelo aparelho de Estado.

Palavras chaves: Movimentos Sociais; Aparelho de Estado; Governamentalidade; Máquina de Guerra; Corpo-Militante.

Abstract

The global demonstrations that occurred from 2010 evoked new ways of gathering and political struggle, producing cracks in the constitution of some knowledge, urging us to think about our conditions of existence and to dismantle hardened understandings on what is politics, democracy, activism and social movements. In this dissertation, we investigate the diagram of contemporary forces which have produced both the State apparatus and the social movements. By resorting to a cartographic method, we approached the Human Rights Defense Center of the city of Serra/ES (CDDH), which has a long background on struggling and achieving respect for human rights in the state of Espírito Santo. For a year, we joined the General Assemblies and the activities proposed by the CDDH and, through contact with the activists involved in this place, we also interviewed four local activists characters. The meetings issued by this course made us aspire to take apart what is hardened in the realm of social movements: the conceptions of a totalizer and transcendent State, the history as progress, the power as something that is detained by the State apparatus. We invested in the assembly of social movements as war machines, which are daily creating resistance, facing the capture processes engendered by the state apparatus.

Keywords: Social Movements; State Apparatus; Governmentality; War Machine; Activist-Body

SUMÁRIO

PRÓLOGO OU, QUEM SABE, UM CONVITE	11
1. AQUILO QUE NOS TOÇA E NOS LANÇA AO COMBATE: LINHAS QUE SE MISTURAM NA COMPOSIÇÃO DE UM CORPO-PESQUISA.....	12
1.1. O Espírito Santo também entra na cena	14
1.2. Uma pausa: guia de viagem ao leitor	18
2. QUAL PLANO HABITAMOS? PESQUISAR ACOMPANHANDO PROCESSOS	20
3. DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS: BREVES CONTEXTUALIZAÇÕES	22
4. ENCONTROS QUE SE FORJAM NO CHÃO DA VIDA: O CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (CDDH) DA CIDADE DE SERRA – ES	26
4.1. Notas de um diário coletivo: construindo a parceria com o CDDH	30
5. DOS MOVIMENTOS DAS MASSAS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: AS INTENSIDADES QUE PEDEM PASSAGEM.....	34
5.1. A irrupção das massas no século XIX: o “fenômeno ameaçador”	34
5.2. Nossa aposta: dar passagem às intensidades, potencializar o movimento no movimento	38
6. CONSIDERAÇÕES SOBRE O FIM (POSSÍVEL?) DA HISTÓRIA	42
6.1. Contribuições foucaultianas: a história como processo.....	47
7. DESMANCHANDO UMA CONCEPÇÃO MAJORITÁRIA DO ESTADO: POR UM PRESENTE DESEJANTE DE POROS	52
7.1. Estado governamentalizado.....	63
7.2. Sociedade de controle, táticas de governo e movimento sociais	68
8. COMO COMPOR UM <i>CORPO-MILITANTE</i>: A MÁQUINA DE GUERRA POSSÍVEL (E NECESSÁRIA)	76
9. PARA (NÃO) CONCLUIR	82
REFERÊNCIAS.....	84

PRÓLOGO OU, QUEM SABE, UM CONVITE

Processo de parto: com dor e portando marcas. Inicialmente, faz-se força para sair. Mais uma tentativa, mais força, mais empenho. A sensação escorre por todo o corpo. Ora, está tudo no corpo! Marcado, talhado. Processo de parto, para partir: o fim de uma etapa e o começo de um novo caminho. O fim de uma linha. Agora: ponto, parágrafo.

Processo múltiplo de evolução e involução daquilo que ainda não tem nome, mas que vai brotando, saindo como que de minhas mãos, de meu coração, de minha memória viva e composta de passado, presente e aquilo que advir (há de vir). Tudo isso misturado num tempo só, o tempo dos meus passos, hoje, carregados de marcas. Tempo, tal como nos desenha Amador (2005), como

[...] duração de forças, de intensidades e não de formas [...] algo como um tempo crônico, isto é, um tempo como coexistência virtual, cujo signo que o desdobra é a diferença, a multiplicidade. Potencializada pela lógica rizomática, tal concepção tem como princípio que o tempo contém uma infinidade de mundos, que causa e efeito são erráticos, que não há ordem, pontos ou origens, e que os estados intensivos substituem a topologia (AMADOR, 2005, p.111).

Meu corpo inteiro escreve este texto e o movimento é de dança. Convido-os a embarcar nessa valsa comigo e já vos digo: movimentos suaves serão necessários, mas estejam atentos às mudanças de ritmos, pois fortes batidas também se achegarão para compor um caminho “grávido” de muitos outros, todos eles em uma mesma – esta – jornada, todos eles com a parcela de beleza que os cabe.

1. **AQUILO QUE NOS TOCA E NOS LANÇA AO COMBATE: LINHAS QUE SE MISTURAM NA COMPOSIÇÃO DE UM CORPO-PESQUISA**

As provocações desta dissertação foram se fazendo em meio a um cenário de contestação política que se espalhou pelo mundo ao final do ano de 2010, atravessando os anos de 2011, 2012 e 2013. Durante esse período, emergiram manifestações de todo tipo – Occupy Wall Street, Occupy London, Ocupa Rio, Primavera Árabe, Marcha da Liberdade etc. –, que convocavam todos a ocupar os espaços, tomar as ruas. Em diversos países, grupos articulavam-se, compondo movimentos de indignação¹ que se espalharam ao redor do mundo, como numa forma de contágio. De ocupações às marchas de âmbito global, protestos ocorreram na Tunísia, no Egito, na Espanha, na Grécia, nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Chile, no Brasil etc.

O fator gerador da onda de indignação pelo globo variava de acordo com a localidade. Ou seja, os motivos de cada manifestação não necessariamente eram os mesmos nos diferentes países, mas havia um tom de descontentamento que tomava conta dos espaços e dos corpos. Fazemos menção a um efeito de ‘contágio’ entre as manifestações e ele diz respeito a um processo de co-emergências que propiciava, no decorrer dos protestos, a construção de vias de problematização possíveis. Estas, por sua vez, davam visibilidade às condições políticas, econômicas e sociais de existência que, quando colocadas em análise, davam contornos a determinados incômodos e possibilitavam articulações em torno de problemas específicos.

O cenário de efervescência mundial compunha, segundo Carneiro (2012), um quadro de

[...] desregulamentação global e perda de direitos sociais em nome da “flexibilização” que ampliou a nova camada social precarizada concentrada nos mais jovens. Esses jovens indignados da Europa, assim como os insurretos shabab (“jovens”) do mundo árabe, são os que despertaram uma nova euforia política num mundo dominado pelos ideais de individualismo, de perpétua continuidade do cotidiano e de carência de projetos coletivos para o futuro (p. 13).

¹ Tomando emprestado o termo utilizado pelos manifestantes espanhóis – o Movimento dos Indignados, iniciado em 2011, levou a população espanhola às ruas a fim de protestar contra a crise política e econômica que assolava o país –, optamos por chamar a essa onda de protestos ao redor do mundo de ‘movimentos de indignação’.

Havia nesses protestos, como escreveu Peter Pál Pelbart (2013), um “desejo coletivo”, no qual as pessoas se engajavam. Desejo de ir às ruas, sentir o calor das multidões, vivenciar as redes, a coletividade, as diversidades e desejar aquilo que perpassava o comum, que constituía um bem comum a todos.

Negri (2005) fala que a constituição do comum não passa pelo viés do Estado. Ao contrário, o comum se constrói através do exercício das singularidades ali inseridas. A produção do comum é entendida, então, como “[...] aquilo que possibilita fazer atuar dentro do caráter público a construção de espaços comuns reais, que são estruturas comuns, e fazer atuar nesses espaços de vontade a decisão, o desejo e a capacidade de transformação das singularidades” (NEGRI, 2005, p. 02), que, diferentemente das individualidades, dizem respeito ao homem que vive na relação com o outro, que se define na relação com o outro.

As manifestações que presenciamos ao final de 2010 e nos anos subsequentes desmanchavam os contornos rígidos de modos de vida guiados pela insígnia do individualismo, dando passagem às singularidades que atuam na produção e fortalecimento do comum.

Frente ao ajuntamento de pessoas e grupos, não eram as convicções partidárias, sindicais ou o pertencimento a movimentos sociais institucionalizados² que se destacavam nas discussões. As diversas manifestações sociais distribuídas pelo mundo não estavam exatamente vinculadas a uma organização e aparentemente não possuíam uma “racionalidade” definida. Eram movimentos que poderiam ser pensados como questionadores dos modos de subjetivação contemporâneos, direcionados pelo capital e todas as suas contradições inerentes.

Neves (2004), ao fazer uma análise do capitalismo no contemporâneo, nos dá pistas de como o capital financeiro tem ditado nossos modos de ser e estar na vida. De acordo com a autora,

Respiramos capitalismo, temos nossa existência tomada pelo modo de produção capitalista, como se ele esgotasse toda nossa imersão na imanência, [...] como se na falta de sua axiomática não pudéssemos nem

² Entendemos os movimentos institucionalizados, também chamados por nós, ao longo do texto, de movimentos sociais de vanguarda, como aqueles que possuem instituição legal e funcionam por meio de ONGs (Organizações Não Governamentais) e OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), ou Entidades de Interesse Público formalizadas por CNPJ, por exemplo.

mesmo agir ou pensar, como se ele fosse nosso próprio dentro e fora. Constituindo-se como socius, o capital assalta a vida em suas configurações extensivas (andar, correr, amar, viver, trabalhar...) e intensivas (afetos) como forma de extrair, seletivamente, as forças mobilizadas em seus deslocamentos e acumulação (NEVES, 2004, p. 146).

Essas manifestações globais podem ser entendidas como disruptivas, posto que abrem fissuras na história, pontos de desvio e bifurcações que ensejam novos olhares aos fatos e, por conseguinte, novos sujeitos. Dessa forma, falamos de uma subjetividade que é 'outrada' na perspectiva dos processos instituintes colocados em curso nesses protestos. Em meio às manifestações, coloca-se a necessidade de avaliarmos os processos de subjetivação que correm nos interstícios. Somos provocados por Negri (2012) quando ele afirma que

É evidente que todo movimento de subjetivação só pode partir de subjetividades que tenham mudado. As mudanças começam pela alteração da singularidade e é preciso fazê-las. Não há qualquer partido comunista que as faça por nós (NEGRI, s/p, 2012).

Acompanhando Foucault (1979), diríamos que a história está sendo arrancada de si mesma, ganhando intensidades diversas, caminhos sinuosos e raros. Diríamos, inclusive, que tais manifestações seguiram a fomentar a vida nos cantos, nos vértices, lá onde parecia que ela perdia a força, o fôlego. Resistência.

Quando a vida parece inteiramente submetida aos desígnios do capitalismo global, a resistência passa a ser expressa como luta para reapropriá-la: libertar corpos, subjetividades, desejos e afetos, criar outras formas de vida, outras sinergias coletivas (OLIVEIRA, 2007, p.15).

1.1. O Espírito Santo também entra na cena

Não podemos deixar de mencionar que o Estado do Espírito Santo também foi palco de agitação para alguns movimentos contestatórios. Aqui pudemos observar, nos anos de 2011, 2012 e 2013, uma série de acontecimentos e manifestações, de grupos organizados ou não, que atuaram no sentido de reivindicar direitos. Tais movimentos se caracterizaram, por exemplo, pela luta por direito à moradia, pelo direito de protestar, pelo direito à mobilidade urbana e contra a repressão violenta utilizada pela polícia em manifestações estudantis.

Em 2011, frente aos protestos organizados na região metropolitana e arredores, chamou-nos a atenção o modo como o Estado respondeu às ações dos

manifestantes. Não apenas nas mobilizações estudantis, mas também durante os protestos contra a desapropriação de diversas famílias em Barra do Riacho, distrito do Município de Aracruz, por exemplo, o policiamento “ostensivo” e a violência foram os recursos utilizados para manter a “ordem”. Valendo-se da *expertise* – leia-se tática de guerra – do Batalhão de Missões Especiais (BME), foi possível “conter” os manifestantes em ambas as situações³. Todavia, as repressões aos protestos acabaram produzindo como efeito a disseminação de outros protestos, que objetivaram demarcar a postura dos manifestantes de total rechaço à forma violenta de tratamento, bem como ao descaso do Estado com as questões levantadas durante as manifestações.

Os protestos se multiplicaram pela capital e em outras localidades do Espírito Santo. O clima quente impulsionou o Governo do Estado a cogitar a compra de um carro blindado, conhecido como “mangueirão”, utilizado em vários países para a repressão de manifestantes. O nome advém de seu uso: o caminhão possui um canhão de água, usado para dispersar multidões. A compra só não foi concretizada porque o valor reservado para efetivá-la não era suficiente⁴.

Dando sequência a esse panorama⁵, em 2012 vimos desenhar-se um movimento grevista nacional que se espalhou entre 95% das instituições federais de ensino, incluindo universidades, centros de educação tecnológica e institutos. O corpo docente dessas instituições suspendeu as atividades e dentre as reivindicações estavam a reestruturação do plano de carreira e a melhoria das condições de trabalho. No caso da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), alunos e servidores técnico-administrativos também entraram em greve. Ao final do mês de junho, o Ministério Público Federal do Espírito Santo (MPF - ES) deu início a uma ação civil pública na qual pedia que a UFES fiscalizasse o ponto dos servidores e professores grevistas. Indo além, a ação preconizava que os salários desses deixassem de ser pagos, “já que não se pode efetuar pagamentos por serviços não

³ Mais informações acerca das manifestações e da ação da polícia nestas podem ser encontradas em notícias que circulam na web: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2011/06/492211.shtml>, http://www.torturanuncamais-rj.org.br/Jornal/gtnm_76/cartas.html.

⁴ Para mais informações sobre a compra do “mangueirão”, ver: http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=36113 e http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/05/noticias/cbn_vitoria/reportagem/1213916-trabalhadores-criticam-mangueirao-anunciado-pelo-governo-do-estado.html.

⁵ Não que haja uma sequência lógica ou linear nas manifestações citadas, mas entendendo que elas de algum modo compõem um panorama histórico-social.

prestados”⁶. Não obstante, a greve, que teve início em meados de maio, levou um longo tempo para ser incluída na pauta de discussão do Governo Federal. À época, o que pudemos presenciar foi um total silenciamento por parte das esferas governamentais, caracterizando grande descaso com as categorias profissionais envolvidas e as políticas educacionais vigentes.

Como em tantas outras ações grevistas e movimentos de contestação forjados neste país, investidas pró-desarticulação das reivindicações se fizeram presentes. Dotadas de uma estratégia política de natureza cambiante, ações desse tipo visam o amortecimento e enfraquecimento dos questionamentos levantados durante tempos fervilhantes, como temos vivenciado. Alija-se a participação popular da construção de políticas que se pretendem *públicas* – sejam elas educacionais, de saúde, segurança, assistência etc. – e quando setores da sociedade civil passam a organizar-se a fim de forçar a construção do caráter público no seio das decisões estatais, todo um aparato de controle repressivo é acionado. A esse respeito, lasi (2012) pondera:

O chamado “controle social” entendido no contexto das lutas populares como forma da população controlar a elaboração e execução de políticas públicas, como no caso do movimento sanitário, se transforma em “controle social” restritamente concebido como controle exatamente do movimento para que não prejudique a implantação de políticas privatizantes e mercantilizantes dos serviços essenciais como saúde, educação, moradia, transporte e outros (IASI, 2012, s/p).

Já no ano de 2013, vivenciamos as chamadas “Jornadas de Junho”, mês em que manifestações diversas se alastraram pelo país, com marchas e protestos sendo articulados numa velocidade incrível, cada ato contagiando o acontecimento de outros. Essas Jornadas também ficaram marcadas pela diversidade dos grupos e discursos que ocupavam as ruas. Movimentos sociais com longo percurso de luta, grupos partidários, sindicatos, conselhos de classe profissional, jovens e adultos que pela primeira vez traziam para a avenida seus anseios, suas visões de mundo e de homem. Uma multiplicidade de corpos que eram responsáveis por colocar em debate o passe livre, a mobilidade urbana, a desmilitarização da Polícia Militar, o racismo de Estado, a redução da maioria penal e pena de morte, o pedido de intervenção militar no Brasil, a descriminalização da maconha, legalização do aborto

⁶ Trecho retirado da notícia intitulada “MPF/ES quer que UFES fiscalize o ponto de grevistas e pare de pagar o salário de quem não estiver trabalhando”, veiculada pelo site do MPF - ES: <http://www.pres.mpf.gov.br/index.asp?destino=noticias%2Fnoticias.asp>

etc. Um movimento tão plural – para alguns, assustador – que ensaiou, até mesmo, um pedido de impeachment da presidente do país. Naquele momento, nas ruas coabitavam as diferenças.

É com base nesse contexto que algumas indagações vão ganhando corpo. A explosão de manifestações ao redor do mundo desestabilizou noções que, até então, permaneciam cristalizadas e até mesmo despercebidas. Os protestos mundiais e suas barricadas abriram fissuras na constituição dos saberes, trazendo questionamentos sobre “como viemos a nos tornar o que somos, como viemos parar onde estamos” (Veiga-Neto, 1995, p. 11-12).

Todos esses processos foram balizando a escrita do Anteprojeto de Mestrado, do Projeto de Qualificação e, também, da própria Dissertação, na medida em que ainda vemos alguns estilhaços dessa onda de indignação, que inflamou multidões, correrem nos dias atuais, atravessando e constituindo nossos corpos, nos incitando a pensar sobre nossas condições de existência e a desmanchar compreensões endurecidas acerca do que é política, democracia, militância, movimentos sociais, ladeando análises de como constituímos e somos constituídos nas encruzilhadas dessa rede de relações.

Diante de movimentos tão novos e sem raízes profundas com a representatividade e a institucionalização, diante de um cenário que, para muitos, anunciava o caos – trazendo-se à tona tudo que ele possui de perigoso, sedutor e necessário –, as ideias para essa dissertação fervilhavam, saltavam, querendo ganhar concretude. Os movimentos multitudinários ao redor do mundo incitaram-nos a (re)colocar em questão as práticas de protesto, a contraposição de forças no exercício do poder, as noções de governo, Estado e movimentos sociais. Como entender militância e movimentos sociais hoje?

Ao olharmos para esse novo que se escancara diante de nós, um movimento disforme, plural e caleidoscópico, decidimos lançar luz aos movimentos sociais “institucionalizados” – de vanguarda? –, buscando compreender como vem acompanhando tais transformações, como encampam tal cenário de mudanças disruptivas dos modos de luta.

As manifestações globais em cena nos convocaram a pensar sobre a suposta essência do humano, seus direitos e sua relação com o Estado. Nesse sentido, acreditamos ser fundamental pensarmos acerca do diagrama de forças constituintes do contemporâneo, que produz tanto o aparelho de Estado como “movimentos sociais”. Seguindo essa pista, procuramos acompanhar os processos a partir dos quais se conformam ou se decompõem tais instituições e práticas. Práticas que se constituem em campos de luta, estando circunscritas sócio, histórica e politicamente, e que devem ser entendidas como corpo de discursos e procedimentos por meio do quais se constroem sujeitos e objetos e se fazem vigorar verdades (HECKERT; BARROS, 2007). Explicitar as práticas consiste em “interpretar o que as pessoas faziam ou diziam, em compreender o que supõem seus gestos, suas palavras, suas instituições” (VEYNE, 2011, p. 26).

Esta dissertação é, portanto, uma tentativa, dentre tantas possíveis, de um esboço – que não é estático ou permanente, estando sempre inacabado – do emaranhado de linhas que compõem esse momento singular e valioso. Frente a isso, nos colocamos a seguir as pistas que despontavam durante o trilhar da pesquisa, visando dar palavras e concretude às intensidades que pediam passagem.

Na tentativa de iniciar o processo cartográfico, nosso primeiro passo foi a aproximação com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da cidade de Serra (CDDH), que possui um longo histórico de lutas e conquistas em favor do respeito aos direitos humanos no Estado do Espírito Santo, tendo contribuído no processo formativo de grande parte dos militantes ativos do Estado. Por meio da aproximação com o Centro de Defesa, encontramos vários personagens importantes e históricos na militância espírito-santense. Dessa forma, o CDDH passou a ser um campo de pesquisa privilegiado, uma vez que oportunizou encontros e uma vivência institucional fundamental para a realização do trabalho.

1.2. Uma pausa: guia de viagem ao leitor

Durante nosso trajeto, a construção do “campo” desta dissertação se deu de duas maneiras: participação em assembleias que acontecem mensalmente no Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Serra/ES, que tiveram como fruto a

produção de diários de campo; e entrevistas com militantes, que foram gravadas e posteriormente transcritas.

A fim de tornar claro ao leitor o pertencimento das passagens que utilizaremos ao longo do texto, bem como diferenciar trechos dos diários de campo, trechos de entrevistas e citações acadêmicas, procederemos da seguinte forma:

- a) Os recortes dos diários de campo aparecem dentro de blocos amarelos – que intentam rememorar um bloquinho de notas –, onde utilizamos a grafia cursiva a fim de tentar transmitir ao leitor a impressão de uma escrita experimental e errante, por meio de uma atenção aberta que buscava acompanhar os fluxos em curso no decorrer das assembleias;
- b) Os trechos de entrevistas aparecem centralizados ao longo do texto e destacados em itálico;
- c) Tanto em trechos de diários de campos, quanto de entrevistas, por vezes aparecem alguns asteriscos. Optamos por utilizá-los a fim de resguardar as pessoas que são citadas ao longo do texto, garantindo-lhes o anonimato.

Acreditamos que tanto os diários de campo quanto as entrevistas trazem, em si mesmas, potentes análises acerca da temática aqui abordada, não devendo ser traduzidas ou interpretadas. Deixamos tais trechos em destaque e apostamos neles como ferramentas analíticas essenciais no desenrolar desta pesquisa.

Feitas as considerações, continuemos nossa caminhada.

2. QUAL PLANO HABITAMOS? PESQUISAR ACOMPANHANDO PROCESSOS

Ao iniciar este capítulo, que ilustra nossa aposta metodológica para este trabalho, uma necessidade aponta em nós, querendo figurar nesta escrita. Tal necessidade versa sobre um posicionamento ético-político em relação à pesquisa científica.

Nosso título traz um questionamento acerca do plano ocupado por nós, pesquisadores. Todavia, que plano seria esse, ao qual estamos nos referindo? O que queremos dizer com isso?

Buscando dar conta das questões acima, inicialmente ressaltamos que fazer pesquisa consiste, certamente, em criar territórios. Estes não são apenas territórios de linguagem, mas também – e, sobretudo, – territórios existenciais. Não obstante, o ato de pesquisar, como produtor de realidade(s), comporta um caráter desestabilizador que sacode as linhas de um mapa existencial outrora bem delimitado. Compondo uma via de mão dupla, pesquisar é também desmanchar territórios, desterritorializá-los⁷.

O incessante movimento de dar forma, des-formar, re-formar territórios sinaliza novos sentidos habitados pelo processo de pesquisa, não mais investido por uma categorização do verdadeiro. Primazia da ciência moderna, essa categorização traduz-se em uma incessante busca da verdade, pautada, por sua vez, no clamor pela assepsia do pesquisador. A pesquisa, quando circunscrita nesse modo de funcionamento, está deveras marcada por uma concepção positivista e cientificista, responsável por produzir imagens de pesquisador e método ideais e mais adequados ao fazer-pesquisa. Nessa perspectiva, é operada uma separação entre sujeito e objeto que “existe para garantir que o saber produzido possa ser validado de modo coletivo, pela comunidade científica” (BARROS e KASTRUP, 2009, p. 54). A objetividade e a neutralidade do pesquisador conferem valor à prática de pesquisa que, nesse caso, encontra-se imersa em um plano representacionista do real.

⁷ Sendo o território, para Deleuze e Guattari (1997a), um plano de consistência, a desterritorialização compreende um processo de composição com novos agenciamentos. “Não há necessidade de deixar efetivamente o território para entrar nesta via; mas aquilo que há pouco era uma função constituída no agenciamento territorial, torna-se agora o elemento constituinte de um outro agenciamento, o elemento de passagem a um outro agenciamento (p. 131).

Indo na contramão desse processo, durante nosso percurso lançamos mão de uma *prática cartográfica*. Todavia, a cartografia, aqui, não foi utilizada apenas como metodologia, mas, sobretudo, como postura ético-política do pesquisar. Desse modo, não falamos em pesquisar *sobre*, mas pesquisar *com*. Acreditamos que o “campo” da pesquisa se fez no decorrer do processo e era construído junto a todos os personagens envolvidos. Nesse caso, não houve *coleta de dados*, mas sim *produção de dados* e, principalmente, de *sentidos*. Os diferentes participantes da pesquisa (pesquisador e pesquisado) se produziam a todo tempo e momento, a partir dos encontros advindos do percurso. Barros e Kastrup (2009) ressaltam que

[...] a política da escrita é sintonizada e coerente com a política de pesquisa e de produção de dados no campo. A política de não fazer dos participantes meros objetos da pesquisa e da construção coletiva do conhecimento revela-se aí com toda a sua força (p. 72).

Consideramos que a pesquisa e o próprio processo de escrita dizem respeito a uma tomada de posição que nos circunscreve num plano de responsabilidade ético-política⁸ por meio do qual estamos comprometidos sobremaneira com a afirmação da vida. Por tudo isso, é preciso estar atento aos efeitos produzidos por nossas práticas de pesquisa, práticas de vida. Em conjunto com Passos e Barros (2009), afirmamos que se trata de uma política da narratividade com a qual subvertemos o jogo estabelecido há tempos no fazer-pesquisa, tanto entre produção de saber e de mundo, quanto entre sujeito e objeto.

Esta dissertação configurou-se, portanto, como um ato de tomar a palavra em sua força política, tornando possível a produção de outros mundos, novas possibilidades, rompendo com a institucionalização de verdades científicas e práticas de assujeitamento daí advindas.

⁸ A política aqui é entendida em contexto amplo, “(...) que não se restringe ao domínio específico das práticas relativas ao Estado. Retomando a etimologia da palavra, *politikós* diz respeito a tudo que se refere à cidade (*polis*), sendo a arte e ciência de governar o Estado um de seus aspectos” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 150-151). Já a ética é entendida enquanto possibilidade de avaliação e afirmação da vida a cada ato, passando longe de um mero conjunto de normas vigentes, que configuram, por sua vez, um código moral.

3. DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS: BREVES CONTEXTUALIZAÇÕES

Zaluar (1996) destaca o século XX como o período em que entram em cena os chamados *direitos sociais*, que “conferiam ao Estado a obrigação de diminuir as desigualdades advindas do funcionamento do mercado, protegendo os mais fracos e os mais pobres” (p. 41). O século XX também demarca uma reconfiguração da discussão sobre os direitos humanos, a partir de sua positivação em foro internacional. Para Coimbra (1999), tanto a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), quanto a Declaração Universal de Direitos Humanos – criada em 1948, após a II Guerra Mundial, face às atrocidades cometidas durante esse período – constituem dois grandes tratados que se tornaram marcos para a história da humanidade, em termos de construção e garantia de direitos. Porém, ao se colocar em análise o conteúdo dessas duas declarações vê-se como elemento forte no campo de lutas a defesa da propriedade privada, fato que nos incita a problematizar “quais direitos devem ser garantidos e para quem eles devem ser estendidos” (COIMBRA, 1999, p. 03).

Abreu (2009) pontua que o conceito de direitos humanos está vinculado às concepções filosóficas que sustentam a sua implantação, porém, do ponto de vista histórico, pode-se considerar que o reconhecimento/garantia de direitos fundamentais – políticos, civis, sociais, ou tão somente *humanos* – sempre se deu em um campo de lutas que convocavam outro olhar sobre as condições de vida dos seres humanos e produziam transformações no tecido social.

Coimbra, Lobo e Nascimento (2008) ainda assinalam que, ao longo da história, as diferentes práticas de discriminação em relação àqueles que são considerados “indignos” e que “podem” ser desrespeitados produzem diferentes concepções acerca dos direitos humanos. Por isso, as autoras sugerem que estes não devem ser entendidos como uma evolução na ordem jurídico-social, visto que não se pode pensar em acontecimentos históricos como sendo lineares. O que ocorre são eclosões singulares em dados momentos da história, explicitadas por meio de movimentos dialogísticos das forças que compõem o tecido social. Tensionamentos que colocam em evidência saberes, práticas, modos de existência

e racionalidades outrora naturalizados, possibilitando que os mesmos sejam problematizados.

Podemos então, a partir desse contexto, pensar os direitos humanos como garantia não de uma essência primeira do homem, mas sim como dispositivo de luta por “diferentes modos de sensibilidade, diferentes modos de viver, existir, pensar, perceber, sentir; enfim, diferentes modos e jeitos de ser e estar neste mundo” (COIMBRA, 2001, p. 142). No entanto, esse modo de pensar está à margem da concepção tradicional e hegemônica, na medida em que esta vai de encontro à ideia de essência humana (COIMBRA; LOBO; NASCIMENTO, 2008).

Consideramos que a garantia de direitos é construída, em princípio, em vistas às mobilizações da classe burguesa que ansiava por demarcar seu lugar e angariar a liberdade necessária para seu desenvolvimento como classe econômica. Ademais, o investimento na luta pela preservação de direitos “naturais” ao homem, direitos civis e políticos, não evitou a exacerbação das desigualdades sociais, fazendo com que as lutas sejam rearranjadas nos dias atuais, na tentativa de diminuir desigualdades e repensar o processo de exclusão – social, econômica, étnica etc. – pelo qual temos passado.

Durante todo o século XX vislumbrou-se a articulação de grupos e o fortalecimento de movimentos sociais que iam às ruas pautar questões diversas, de ordem política, econômica, social, ecológica etc. Todavia, Aguiton (2002), fazendo uma análise histórica dos movimentos sociais, considera que a separação do mundo em blocos, a partir de 1945, durante a Guerra Fria, forçou o alinhamento dos Estados a um desses blocos – capitalista ou socialista –, congelando processos e restringindo campos existenciais, que, por ora, deveriam estar inseridos na realidade política e econômica de uma ou de outra potência mundial. Porém, não só os Estados foram cooptados nesse alinhamento. Os partidos políticos, sindicatos e organizações sociais inseriram-se nessa bipolarização. Os acontecimentos de maio de 1968 marcaram uma reviravolta nesse panorama, esculpindo novos modos de ajuntamento de grupos e novas estratégias de enfrentamento.

Como bem nos mostra Barros (2007), o movimento disruptivo de 1968, iniciado na França e disseminado pelo mundo posteriormente, confluindo várias

correntes de pensamentos e alcançando países diversos, questionava as formas de viver, de ser e de se organizar. As reivindicações ultrapassavam as organizações sindicais e partidárias. Foi no bojo desse movimento que se deu a emergência de novas formas de se manifestar, de lutar.

Não havia autor, não havia expressão de opiniões que remetesse à identificação de certas corporações, o acontecimento irrompeu na história sem pedir a tutela de ninguém, colocando em análise certos modos de viver, de existir: não ao centralismo de qualquer tipo, não ao autoritarismo sob qualquer pretexto, sim à vida, à liberdade dos costumes, à autogestão em todos os níveis – do Estado à família (BARROS, 2007, p. 242).

No que tange ao Brasil, ao final de 1950 e início da década de 60, em meio à efervescência política e social e a partir de um panorama desenvolvimentista que regia a expansão do capitalismo monopolista, ganham força alguns movimentos sociais que contavam com o consentimento e apoio governamental, trazendo no cerne de sua discussão propostas de conscientização popular (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009). Esses movimentos, à época citada, estavam marcados por um funcionamento pautado em binarismos, fortalecendo acepções opositoras como, por exemplo, alienados e conscientizados. Foi em meio a essas práticas que se produziu uma “[...] imagem de um militante ideal, aquele que, liberto de quaisquer impurezas e vícios capitalistas, sairá da alienação e estará pronto para fazer a Revolução” (COIMBRA E NASCIMENTO, 2009, p. 43).

Já as décadas de 1970 e 1980 ficam especialmente marcadas pelo estabelecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). As CEB's estiveram fortemente vinculadas à formação de militantes sociais no país – não sendo diferente no Espírito Santo, como veremos adiante –, tornando-se responsáveis por incutir, no seio da Igreja Católica, discussões e problematizações a respeito da implicação entre fé e luta política. De acordo com Costa et al. (2010), a atuação das CEB's ajudou a consolidar e propagar as propostas da Teologia da Libertação. Destacavam-se os vários grupos de reflexão, destinados a leituras bíblicas que eram seguidas por uma discussão sobre o cotidiano e os problemas sociais, políticos e econômicos aos quais todos estavam enredados.

Paulino (2009) ainda complementa que as Comunidades Eclesiais de Base configuraram um importante ator social por meio do qual foi possível a propagação

das lutas por direitos e, sobretudo, as modificações na relação entre sociedade civil e poder público. Além disso,

Com seu caráter religioso, as CEB's conseguiram boa aceitação e circulação no meio social; representou também um espaço de proteção e de resistência na luta contra a ditadura militar nas décadas de 1970 e 1980; agregava pessoas oriundas de diferentes partidos de esquerda (até então na clandestinidade); despertava lideranças emergentes para a relação entre fé e vida, estimulando-as para o compromisso com a mudança da sociedade; e com isso propunha um lugar de reconhecimento dos direitos sociais da população mais pobre (PAULINO, 2009, p. 84).

A temática da conscientização da sociedade civil para o engajamento na luta política se fazia presente nas rodas de discussão sediadas pelas CEB's e há um grande número de militantes ainda em atuação que foram formados a partir dessas discussões. Com o apoio de padres, bispos e a vinculação e mobilização de pastorais diversas, fiéis católicos foram enredados por uma discussão política no seio da igreja, que tinha como anseio a justiça social (COSTA et al., 2010).

Segundo Telles (1986), as comunidades de base da Igreja foram responsáveis por tecer uma rede de relações sociais entre as pessoas, constituindo-se como vetor de sociabilidade e aglutinação nos bairros. A experiência das CEB's nos possibilita pensar a complexidade da articulação dos movimentos sociais durante o período ditatorial. Ao primar pela justiça e igualdade, pela fraternidade entre os homens, valorizando a pessoa e a dignidade humana, a Igreja se aproximava dos "oprimidos" na luta por direitos. "No seu ancoramento nas experiências da vida cotidiana, as comunidades de base transformavam-se em lugares onde os sentimentos de injustiça e privação eram elaborados como experiências coletivas" (TELLES, 1986, p. 48).

4. ENCONTROS QUE SE FORJAM NO CHÃO DA VIDA: O CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS (CDDH) DA CIDADE DE SERRA – ES

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Serra/ES surgiu na década de 1980⁹, em um contexto de preocupação e mobilização contra a tendência política repressiva e marcada pelo descaso das governanças que vigorava há tempos. Os anos de chumbo propalaram-se pelo Brasil e, apesar de uma pretensa abertura do regime na década de 80, a cidade de Serra ainda sofria com o descaso desmedido de governos autoritaristas, extremamente populistas e banhados pela truculência típica do período ditatorial.

[...] Serra que foi um município que sofreu um inchaço populacional abrupto, com a instalação da CST, dos Civits, isso atraiu um contingente populacional muito grande que se acomodou nos morros, nas beiradas, não tem muito morro, mas tem muitos vales, então se acomodou por ali e assim, miséria pura, pobreza demais e faltava a essas pessoas tudo. Eram todos trabalhadores de maneira que não era a questão da fome, ninguém tava passando fome, não era essa a questão que nos ocupava, mas era não ter água encanada, ter que andar não sei quantos quilômetros com lata d'água pra beber água salobra [...]. (Entrevista 1)

Não é possível definir um ponto específico a partir do qual tiveram início os movimentos sociais no Espírito Santo, mas entendemos que o contexto de efervescência social começa a ganhar maior força em meados da década de 70. O espaço da Universidade fomentou e até mesmo viabilizou a articulação de alguns movimentos. Determinados cursos possibilitavam discussões e análises críticas sobre a formação que estava colocada, bem como do contexto histórico-político da época, de modo que a temática dos Direitos Humanos começa a aparecer nesse bojo e a permear as discussões. Nesse contexto, também tem início a construção dos Centros Acadêmicos Livres, que passam a questionar a formação

⁹ Criado inicialmente como Comissão de Direitos Humanos, em 1984, após o 3º Encontro Nacional de Direitos Humanos, ocorrido em Vitória – ES, o CDDH encontra suas bases nas ações dos monges combonianos que residiam na Serra (PAULINO, 2009). De acordo com o estatuto que o rege, sua efetivação como Centro de Defesa dos Direitos Humanos se deu em 1988, estando o Centro pautado em princípios evangélicos e na Carta de Declaração Universal de Direitos Humanos (CDDH, 2003).

individualizada vigente, fruto também da ditadura militar, e a lutar pela formação de profissionais engajados nas questões sociais do país.

“(...) questionávamos a formação que tínhamos (...) porque queríamos pensar a realidade brasileira e latino-americana e, sobretudo, queríamos uma profissão que se comprometesse com as questões sociais, com a causa dos trabalhadores”.
(Entrevista 1)

Faz-se importante lembrar, como já dito no capítulo anterior, o papel fundamental da Igreja, em especial a Igreja Católica, durante o período crítico enfrentado pelos movimentos sociais nacionais, dado o cenário de monocromia e afonia política, perpetrado pelo contexto de ditadura militar. Frente à repressão violenta de movimentos e manifestações de oposição e devido ao avanço de pautas conservadoras em âmbito estadual, muitos grupos se fortaleceram no seio da Igreja Católica, tal como ocorria também na esfera nacional, ou obtiveram dela o apoio necessário para que fosse dada continuidade às lutas.

*Quem era o nosso grande suporte? Era a Igreja católica. Na igreja católica tinha o Padre Luciano, talvez ***** tenha falado dele, que era um padre da Teologia da Libertação, então com ele não tinha meias palavras. Era opção pelos pobres mesmo e do púlpito da igreja ele xingava as autoridades, assim, que os próprios católicos ficavam assustados por ver um padre... Então esse padre, na igreja, a gente se reunia e era um grupo que tinha o objetivo de revoltar, porque nossos objetivos eram políticos e a ideia era fazer conscientização, chamar o povo.*
(Entrevista 1)

À época citada, a militância não apresentava grande consistência político-partidária, de modo que se acreditava haver a necessidade de construção de algo que caminhava no sentido de um “reino” - o reino do céu na terra –, que seria consolidado por meio da luta por uma vida plena. O versículo bíblico “Eu vim para que todos tenham vida e vida em plenitude” (João, cap.10, vers.10), orientava – e ainda orienta – a ação de muitos militantes. E mesmo que alguns não fossem católicos, eles encontravam no contexto da Igreja, com a Teologia da Libertação, a compatibilidade ideológica que afirmava a vida como direito primeiro de qualquer

pessoa. A partir da questão “como ser cristãos num mundo de miseráveis?” (BOFF; BOFF, 2001, p. 14), a Teologia da Libertação se colocava em um “protesto enérgico” contra a opressão, exclusão e marginalização social, injustiça, negação da dignidade humana etc. “Por detrás da Teologia da Libertação existe a opção profética e solidária com a vida, a causa e as lutas destes milhões de humilhados e ofendidos em vista da superação desta iniquidade histórico-social” (BOFF; BOFF, 2001, p. 14).

Paulino (2009) nos fala que a história do CDDH e de outros movimentos surgidos naquela época – tais como as associações de moradores e o movimento de mulheres –, estão fortemente atreladas às Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s). Em todo o Brasil, as CEB’s tiveram importante papel ao propiciar e estimular a articulação de movimentos sociais durante um período de rigidez política e repressão a todo e qualquer tipo de manifestação de cunho sócio-político e cultural.

Na cidade de Serra, as CEB’s ficaram amplamente marcadas por seu caráter formativo, ao agrupar pessoas e promover debates acerca de temas que tocavam a todos que ali estavam envolvidos: a situação precária de determinados bairros, a violência, a dificuldade de acesso aos bens públicos, a corrupção etc. Os encontros e discussões, sempre vinculados à leitura bíblica, fomentavam análises críticas sobre a situação sociopolítica e econômica e, dessa forma, ações passaram a ser organizadas e levadas a cabo em diversas localidades da cidade (PAULINO, 2009).

As CEB’s, nesse sentido, contribuíram para que a pluralidade fosse incorporada ao espaço público e para que a participação popular e o associativismo local ganhassem sentido, conferindo ao povo o processo de tomada de decisões de baixo para cima. Estes são elementos importantíssimos para a construção de espaços democráticos participativos. Esta forma de democracia, contra-hegemônica, questiona o rumo adotado pelos representantes eleitos e aponta para a participação popular nos assuntos que lhes dizem respeito (PAULINO, 2009, p. 93).

O Estatuto Social que rege o Centro o caracteriza como “pessoa jurídica de direito privado para fins não econômicos, de prazo de duração indeterminado” (CDDH, 2003, p. 1). O “corpo” do CDDH é constituído por uma quantidade ilimitada de associados, estando estes divididos entre: sócios fundadores – responsáveis pelo ato de constituição do CDDH; sócios efetivos – aqueles que tiveram o ingresso aprovado em assembléia; sócios colaboradores – indicados pelo Conselho Diretor ou por membros da Assembléia, estando indicados à execução de atividades com

fins específicos; sócios honorários – ex-moradores da cidade de Serra que continuam a colaborar com as atividades desenvolvidas pelo CDDH; sócios institucionais – entidades do terceiro setor que formem parcerias ou trabalhos conjuntos com o CDDH, estando isentos de pagamento de anuidades (CDDH, 2003). O CDDH não possui qualquer vínculo partidário, não adota credo religioso, presta serviços gratuitos não fazendo distinção de clientela e de acordo com o artigo 2º de seu Estatuto Social, pauta suas ações

Na busca de uma sociedade primada pela justiça, liberdade, igualdade de condições, pelo respeito às diversas culturas, ao ser humano e à natureza, o CDDH-SERRA numa inequívoca posição em favor dos desfavorecidos e marginalizados, tem por missão a DEFESA DA VIDA E DIGNIDADE HUMANA” (CDDH, 2003, p. 1).

Hoje, o CDDH encabeça ações contra todo e qualquer tipo de violência e violação de direitos, apoiando o Movimento dos Sem Terra (MST), quilombolas, Fórum de Mulheres, movimento estudantil, Fórum Estadual da Juventude Negra, movimento GLBTS, dentre tantos outros, além de executar alguns programas por meio da consolidação de parcerias com a Federação e a Prefeitura da Serra, tais como o Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e, mais atualmente – a partir de janeiro de 2014 –, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) de Serra - ES. Faz-se importante destacar que muitos militantes que hoje atuam nos espaços acima citados tiveram sua formação atravessada pelo CDDH durante suas trajetórias de vida, fazendo parte dele e corroborando com as discussões ali travadas.

Como atuante no foro da defesa e promoção de direitos, o CDDH desdobra-se a ocupar avenidas e vielas para resguardar, interceder e formar alianças com diversos grupos militantes em todo o Espírito Santo, participar de manifestações, passeatas, emitir cartas abertas, de repúdio, notas de esclarecimento etc. Por tudo isso, trata-se de um espaço ao qual muitos recorrem solicitando o apoio frente a situações adversas, tal como aconteceu durante a desapropriação dos moradores de Barra do Riacho, distrito de Aracruz, em 2011. Carlos (2011) nos chama a atenção para o fato de o CDDH combinar ações formais, tais como ofícios a órgãos públicos, audiências com autoridades políticas e ação judicial, com ações de mobilização pública, acima explanadas. Cabe-nos ressaltar, também, as ações voltadas para a formação em Direitos Humanos, que também entram na pauta do

Centro de Defesa e já começam a se concretizar. A construção do Plano Estadual de Direitos Humanos e do Programa Estadual de Direitos Humanos, que foram elaborados por diferentes entidades de defesa de direitos – Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) de Serra, Centro de Apoio aos Direitos Humanos (CADH) de Vitória/ES, Conselho Estadual de Direitos Humanos etc – constitui uma das formas encontradas pelos movimentos sociais de tentar criar, no seio das esferas de governo, a cultura dos direitos humanos.

O Centro de Defesa se mantém ativo e alerta aos diversos acontecimentos e une forças para tentar trilhar um caminho permeado pelo diálogo e pela tentativa de interação – dissonante ou não – com as esferas estatais.

4.1. Notas de um diário coletivo: construindo a parceria com o CDDH

Sinto que para entender melhor - e sempre em parte, é claro, já que a totalidade é sempre um horizonte nômade a nos pregar peças - a rede que se desenha ali, precisaria de muito mais tempo. Mas o desafio estava colocado e eu mergulhei de cabeça.

(Diário de Campo 4, 29/09/2012)

A fim de conseguir uma aproximação com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Serra, inicialmente fizemos contato com uma personagem importante da militância social no Estado que está envolvida com o CDDH desde sua criação. Trata-se de uma figura cativante que já na primeira troca de palavras conosco se mostrou inteiramente disponível à conversa. Como nos foi possível perceber tanto no primeiro encontro, quanto nos que se seguiram a ele, essa disponibilidade não era meramente de “um tempo” para nos ouvir e trocar informações. Ela dizia respeito a uma postura, uma disposição de um corpo e seus afetos, com a qual é possível mobilizar-se na construção de sentidos coletivamente.

Nosso primeiro encontro ocorreu na sede do Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PEPDDH), que aquela personagem ajuda a executar e que se localiza ao lado do CDDH. A recepção foi marcada por sorrisos e, num tom descontraído, após a “apresentação” do projeto seguiu-se uma conversa quente sobre os anos 80, a criação do Centro de Defesa, a situação política da cidade de Serra nesse período e a participação nas CEB's, tão importantes para a consolidação dos movimentos sociais naquele momento.

*“Após o período inicial de apresentação da pesquisa, ***** passou a falar das histórias de militância na Serra. Nesse sentido, falava de sua própria história: como no trabalho manual do tecelão, ia juntando fios e convocando memórias que entrelaçadas produziam um pedaço de uma vida, pedaço de mundo. Quantos personagens compuseram essa paisagem, dando cores aos fios tecidos da história! Ela lembra a forte ligação entre os militantes da Serra e a Igreja: eles foram aos evangelhos e através do estudo destes buscavam discutir qual mundo gostariam de construir nesse mundo. Às leituras das passagens bíblicas se seguia uma longa discussão acerca dos ensinamentos ali documentados, buscando-se pensar de que modo o que ali estava exposto poderia ser efetivado, ganhar concretude. Nesse momento, fico pensando o quanto a Igreja Católica afastou-se e tem ceifado esse movimento questionador no seio de suas discussões. Parece-me que a chamada “Renovação Carismática” nos tirou a força política. Tirou nossa força de ação neste mundo e a restituiu [...] noutra mundo, um além-mundo. Investiu-se contra nossa potência”.*

(Diário de Campo 1, 20/07/2012).

Durante a conversa, a alegria¹⁰ ali buscou acolhida e a vontade de traçar uma parceria com o CDDH ganhou voz. Dessa forma, versamos sobre a proposta de

¹⁰ Quando falamos em alegria, trazemos para a conversa Spinoza (2009), que a considera “uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição maior” (p. 107), um afeto que compõe nossa mente e nosso corpo e aumenta nossa potência de ação no mundo.

ocupar aquele espaço e tomar corpo dos processos que ali estavam em curso. Considerávamos necessário compreender, até mesmo, as funções do Centro de Defesa, suas atribuições e seu posicionamento no atual contexto social.

Fomos convidados, então, a participar das assembleias mensais, espaço onde diversas questões são discutidas – sejam elas em referência ao próprio CDDH ou a outros espaços destinados a salvaguardar direitos – e as ações de militância em todo Estado são divulgadas, organizadas, avaliadas etc.

Ainda assim, levamos ao primeiro encontro outra proposição, a ser discutida e avaliada: realizar entrevistas com militantes em dado momento da pesquisa. Nosso esforço se daria no sentido de *re-cordar*¹¹ uma história a partir de seus próprios autores, de modo que a discussão a respeito da militância/movimentos sociais em sua relação com o aparelho estatal desde a década de 80 nos auxiliasse na construção de uma análise dos dias atuais.

Tão logo começamos a conversar a respeito das entrevistas, muitos nomes considerados fundamentais já foram surgindo e a cada pedaço de memória convocado, mais nomes surgiam, levando-nos a conclusão de que era preciso, sim, trazer para a roda essas personagens.

Dessa forma, a partir de julho de 2012, passamos a acompanhar o CDDH em suas assembleias mensais e cada encontro tem como fruto um diário, que chamamos aqui de coletivo, já que não consideramos, tampouco almejamos considerar, de autoria única. Ele é de todos que, envolvidos naquele espaço, esboçam as linhas do Centro de Defesa, da militância e de suas próprias vidas. Essa parceria traduz-se como uma aposta de construção da pesquisa – e do pesquisar – a muitas mãos e vozes. Mantivemos uma presença ativa nas assembleias e no espaço do CDDH, na perspectiva de uma *vivência institucional*, pelo período de um ano.

Concomitantemente à vivência institucional, realizamos entrevistas com quatro personagens envolvidos com movimentos sociais neste Estado. Dentre as

¹¹ O verbo, aqui, assume a função enunciada por Eduardo Galeano (2002) ao resgatar o sentido da palavra latina *re-cordis*: tornar a passar pelo coração.

pessoas entrevistadas, três ajudaram na construção do Centro de Defesa e o entrevistado mais jovem possui grande aproximação com o CDDH.

Entendemos que os registros dos diários coletivos de campo e as entrevistas são, em si mesmos, analisadores dos movimentos sociais de vanguarda em sua relação com o aparelho de Estado e dão pistas do que estamos em vias de nos tornar, do processo visceral de transformação que nos arranca das formas rígidas e nos impele a *outrar*-práticas, modos, lógicas etc. Desse modo, os diários e as entrevistas não serão aqui traduzidos, interpretados, analisados, uma vez que são eles que fazem a análise.

Afirmamos que foi no encontro com o CDDH e seus personagens que os sentidos aqui apresentados se fizeram, se forjaram. Assim, colocamo-nos a narrar, a partir da vivência institucional (com ela, melhor dizendo), o processo de desmanchar territórios endurecidos nos movimentos sociais: as concepções de Estado totalizador e transcendente, a história como progresso, o poder como algo que se detém e que está localizado no aparelho de Estado. Com isso, inventamos (mais uma vez **com** a vivência institucional) as resistências cotidianas, frente aos processos de captura engendrados pelo aparelho de Estado.

5. DOS MOVIMENTOS DAS MASSAS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: AS INTENSIDADES QUE PEDEM PASSAGEM

Neste capítulo trazemos para a discussão as vias de constituição das massas, buscando dar visibilidade a sua delimitação como objeto de estudo, bem como à constituição de certo saber sobre elas. Convocamos, ainda que de maneira breve, seu percurso histórico, problematizando a produção das massas como detentoras de uma virtualidade perigosa. Ao final, delineamos nossas apostas em relação à compreensão de movimentos sociais que corporificamos ao longo desse trajeto.

5.1. A irrupção das massas no século XIX: o “fenômeno ameaçador”

Alba Zaluar (1996), ao fazer uma montagem da composição do plano de direitos, destaca que os séculos XVII e XVIII evidenciam uma universalização do conceito de humanidade. Filósofos europeus – a partir de uma concepção do homem como criatura divina, dotada do atributo linguagem – passam a dissertar sobre direitos que pertenceriam a todos do gênero humano e que seriam “direitos naturais do homem”. Estes compreendiam o direito à vida, à liberdade, à *propriedade* e à segurança. Em meio às lutas da burguesia, travadas durante a Revolução Francesa em 1789, a afirmação desses direitos culmina com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

É em meio a esse cenário que a liberdade passa a ser bandeira de luta de grupos sociais. No plano político e econômico, as práticas mercantilistas – entendidas por Foucault (2008) como técnicas de governo e de gestão da economia – vão dando espaço à técnica política do liberalismo, que, contrariamente à prática mercantil, consistia em refrear a intervenção do Estado no mercado. Significava, sobretudo,

[...] deixar as pessoas fazerem, as coisas passarem, as coisas andarem, *laissez-faire*, *laissez-passer* e *laissez-aller*, quer dizer, essencial e fundamentalmente, fazer de maneira que a realidade se desenvolva e vá, siga seu caminho, de acordo com as leis, os princípios e os mecanismos que são os da realidade mesma (FOUCAULT, 2008, p. 62-63).

Desse modo, o liberalismo foi ingrediente fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento da classe burguesa e tornou possível a afirmação dos direitos e liberdades individuais em relação ao aparelho Estatal. De acordo com Barros (2007), a passagem de um incipiente capitalismo mercantilista ao capitalismo liberal, além de marcar a ascensão de uma nova classe e a instauração do chamado Estado representativo moderno, produz um deslocamento de referência: o indivíduo, cuja vida na sociedade feudal estava fortemente vinculada à terra, passa, no século XVIII, a estar vinculado à fábrica. A propriedade dos meios de produção se concentra nas mãos da burguesia, que, por ora, possui todos os benefícios que a política do liberalismo lhes permite ter. Não obstante, o capitalismo liberal, ao mesmo tempo em que propaga a ideia de igualdade de direitos e deveres perante as leis, cria a ilusão de que todos possuem iguais possibilidades de mudar suas condições de existência galgando postos cada vez mais altos na hierarquia social, cabendo ao indivíduo fazê-lo, por meio de suas qualidades e esforços. É dessa maneira que a ideia de “indivíduo” ganha visibilidade e torna-se foco das práticas políticas que estavam instaurando-se naquele momento (BARROS, 2007).

Caiaffo et al (2007) frisam que o século XIX caracteriza-se, justamente, pela demarcação de uma dicotomia entre indivíduo e sociedade, tanto no campo político quanto epistemológico, sendo o indivíduo tomado como matriz a partir da qual o social deveria ser colocado em análise. Ao mesmo tempo, nesse século se vê surgir movimentos de massa, germinados nas camadas da população que estavam se proletarizando, que se punham a questionar a realidade política e social na qual o homem estava enredado. Movimentos a favor de greves, contra os baixos salários e péssimas condições de trabalho e vida.

De acordo com Barros (2007), é em meio ao processo de urbanização das cidades e industrialização da economia que aos poucos as camadas pobres passam a ser vistas como força política capaz de revolta. A autora, ao fazer uma análise das massas no século XIX, nos mostra como as mesmas passam a ser aliadas à ideia de perigo. Políticos e estudiosos debruçaram-se sobre o tema em busca de objetivar as massas e seus movimentos, e uma série de estudos e escritos passam a ter visibilidade. Neles, as massas, ou multidões, são descritas como portadoras de uma virtualidade perigosa que exigia certa atenção e cuidados.

Gabriel Tarde e Gustave Le Bon, dentre outros, são exemplos de estudiosos que voltaram a atenção ao “fenômeno” preocupante, promovendo algumas análises. Dedicando-se ao assunto, Barros (2007) promove uma incursão por alguns textos de Gabriel Tarde, e versa a respeito das contribuições dadas por ele. De acordo com autora, as exposições de Tarde nos dão pistas para compreender de que maneira e por quais vias as multidões ganham visibilidade e tornam-se alvo de interesse e preocupação. Embora por vezes avaliando efeitos negativos que poderiam advir de tais ajuntamentos coletivos, vislumbra-se, nos artigos do autor, um olhar de dimensão política voltado para as multidões, buscando compreendê-las e avaliá-las com base naquilo que poderia ser produzido por elas no tecido social.

Tarde expressava o que era uma preocupação de muitos na época. Que destino teriam os movimentos que explodiam, aqui e ali, de operários insatisfeitos com o que recebiam por sua força de trabalho? (BARROS, 2007, p. 70).

Por outro lado, as análises sobre o comportamento das massas feitas por Gustave Le Bon tem como pano de fundo a crítica à forma de governo democrática, responsável que seria por abrir caminhos para a articulação e o fortalecimento das multidões. O que se vê em Le Bon, conforme fala Consolim (2004), é o temor quanto à participação popular nas decisões de caráter político. A ampliação dos espaços públicos e questionamentos em relação à liberdade filosófica, igualdade política, dentre outros, era amplamente rechaçada pelo autor. É importante notificar que Le Bon empreende suas análises sobre as massas partindo de uma visão “psicológica”, confluyente com o *modo indivíduo* recém-forjado naquele contexto histórico. Ressalta-se, portanto, um caráter psicologizante que atravessa a produção de Le Bon quando trata do assunto. Como destacado por Consolim (2004), há ainda a preponderância de uma dimensão patológica das massas em seus estudos. Descritas como “animalescas”, “sem inteligência”, “sem limites”, incitava-se que elas fossem temidas e principalmente evitadas, dissipadas. Para Le Bon

[...] cada indivíduo pode se tornar melhor ou pior moralmente, mas jamais mais inteligente do que é, pois pertencer a uma multidão é perder a consciência individual e, portanto, as capacidades do raciocínio e da crítica. Nesse sentido, toda multidão é um agrupamento de pessoas com características psicológicas negativas e já definidas de antemão, seja qual for o conteúdo de suas ideias ou seu movimento particular [...] (CONSOLIM, 2004, p. 6).

Ao mesmo tempo em que o século XIX traz todo um conjunto de estudos sobre as massas que as descreve como temerárias e busca minimizá-las, é também nesse período que surgem análises que as colocam no centro de uma subversão premente. Nas multidões residiria a força para lutar e romper com que se encontrava estabelecido, sobretudo com a subordinação econômica sediada pelo capitalismo liberal ascendente à época. Para Caiaffo et al (2007),

No final do século XIX, o mesmo fenômeno – isto é, a efervescência das multidões e a questão do pauperismo desencadeado pela ordem econômica liberal – engendrou pelo menos duas interpretações diametralmente opostas: em uma delas, as multidões traduziriam uma revolta de classe que levaria a uma nova ordem social; na outra, as multidões representariam uma massa irracional que, com o seu enorme potencial explosivo, estaria prestes a estilhaçar todos os vínculos que tornavam possível a coesão social (CAIAFFO, 2007, p. 29-30).

Pode-se considerar que os movimentos de massa do século XIX dispararam certo cenário de luta por direitos e melhores condições existenciais para o homem, embora ainda estivessem fortemente vinculados às questões fabris. A lógica de trabalho engendrada pelo capitalismo passa a ser questionada pela classe proletária, e, desse modo, alguns grupos começam a se articular em sindicatos e associações a fim de somar forças na tentativa de imprimir mudanças no tecido societário. Cabe-nos destacar que as massas, para um sistema político-econômico que funciona aos moldes capitalistas, de fato representam um nó problemático, demandando análises e estratégias para, sobretudo, contê-las, mantê-las sob certa ordem e controle. Para Barros (2007)

O fato das massas serem vistas/pensadas naquele momento como algo irresponsável, incontrolável, irracional, mostra seu caráter desestabilizador, irruptor. A produção dos discursos da época se encarregou de colocá-las em um lugar maldito, a ser expurgado da sociedade, em benefício do bem estar de cada um e de sua família. Ao perigo das massas será contraposto a tranqüilidade da família, o bem estar individual, reafirmando que na sociedade igualitária de então, cada um deve cuidar de seu pedaço, que seu justo prêmio estará assegurado (p.76-77).

Estando atentos ao modo como as produções da época se referiam às massas, torna-se possível evidenciar por meio de quais processos elas passam a ser estudadas, temidas, evitadas, criminalizadas. Entendemos, neste trabalho, que a análise das condições de emergência de um determinado objeto de conhecimento na história permite-nos dar luz aos jogos de verdade engendrados pelo diagrama de forças do tecido social da época, bem como às implicações políticas e subjetivas das

práticas – discursivas e não-discursivas – enredadas em tal objetivação (CAIAFFO et al, 2007). Não obstante, cabe pensar a atualização desses processos que produzem as massas como agrupamentos perigosos, que devem ser temidos e criminalizados, no contemporâneo: como reverberam em nós?

Por outro lado, temos a força disruptiva desses ajuntamentos, que se colocam a rasurar a realidade e suas instituições muito bem definidas. As massas e sua potência de enfretamento e desobstrução dos fluxos da vida lá onde ela se encontra endurecida, que visam fazer brotar o múltiplo, o singular, quando a terra está árida: é possível acessá-las? Como ou a partir de quais dispositivos?

5.2. Nossa aposta: dar passagem às intensidades, potencializar o movimento no movimento

Trazemos para a composição do campo problemático desta dissertação o cenário disforme de contestação ao redor do mundo nos anos de 2010 a 2013, apostando nesses acontecimentos como analisadores dos movimentos sociais em sua constituição histórica.

As recentes manifestações mundiais congregavam corpos, singularidades que questionavam a racionalidade política e os modos de existência guiados por uma lógica de consumo e de exclusão social. O *modus operandi* dessas manifestações se diferenciava em diversos aspectos das formas de organização dos movimentos sociais de vanguarda/institucionalizados. Sem grandes apelos partidários e na ausência de lideranças claras, movimentos transversalizados e solidários forjavam ações que, localizadas num determinado ponto histórico, provocavam deslocamentos na participação popular frente à organização social vigente, produzindo, assim, uma nova cena política. Peter Pál Pelbart (2013) fala que não se tratava “apenas de um deslocamento de palco – do palácio para a rua –, mas de afeto, de contaminação, de potência coletiva” (s/p.).

Os protestos mundiais colocaram em evidência novas formas de ajuntamento e novas táticas de luta política. Abriram caminhos para que (re)colocássemos questões sobre o lugar dos movimentos sociais e da militância no contemporâneo e

em sua relação com o aparelho de Estado. Em meio ao *inesperado e instantâneo* que as manifestações mundiais escancaravam, um questionamento primordial tomava fôlego e se fazia visível para os movimentos sociais: “Como fugir a essa lógica do poder que engole forças vitais, recicla resistências, transforma em mercadoria o que antes era oposição, vampiriza sujeitos e sua capacidade de criar? Onde é possível resistir?” (OLIVEIRA, 2007, p. 35-36).

Desse modo, essas manifestações trouxeram consigo a figura do estrangeiro que, ao visitar-nos, nos coloca diante de nós mesmos, nos arrancando do ensimesmamento, produzindo o estrangeiro em nós. Desloca-nos, embaralhando as formas.

Há também temores, muitos temores... Um deles diz respeito à tentativa de “infiltrar” determinadas bandeiras nos movimentos, pautas que não possuem compromisso algum com a defesa dos direitos humanos e, muitas vezes, justamente atentam contra a luta por uma vida digna e justa. Cresceu uma ala fascista dentro dos movimentos populares? Todos estão na rua, mas a rua é de/para todos? Estar na rua, durante as “Jornadas de Junho”¹, significava se colocar ao lado daqueles que apelavam pela redução da maioria penal, pena de morte? Essa dúvida pairava entre todos que estavam na assembleia. Alguns diziam: “Não vou mais, porque o movimento está descaracterizado”. Aqueles que defendem tais bandeiras, que vão à contramão das perspectivas dos direitos humanos, devem voltar para casa? Voltar a dormir - lembrando o lema adotado por muitos nas manifestações, “O gigante acordou”? Devemos dizer quem deve estar, de fato, no movimento? Como lidar com a diferença?

(Diário de Campo 9, 22/06/2013)

¹ *Manifestações que se alastraram pelo Brasil em junho de 2013.*

Ao falarmos de movimentos sociais e militância, podemos dispor de diferentes reflexões e definições teóricas que nos apontam rumos e inserem-nos em determinados territórios de pensamento. As “grandes definições” atuam delimitando

modos de existência e engendramentos, circunscrevendo fatos sociais nos limites da razão e, muitas vezes, dando nome/identidade a processos fluidos e efêmeros.

Entendemos que a tentativa de aproximação da definição, como objetivação de um “fenômeno”, é uma tarefa imposta para os autores que trabalham com tais temáticas. Porém, colocamos como problema a representação conceitual, na medida em que a sua acomodação pode limitar a compreensão de elementos novos emergentes.

Percebo que é um desafio transitar no território dos movimentos sociais com outros intercessores. Sobressaem ferramentas teóricas como 'luta de classes', 'ideologia', 'capital'... Falas significativas que surgiram na assembleia: "Fomos para o governo"; "Existem dois movimentos" (???) "Existem tantos movimentos quanto o possível!"; "Somos todos institucionalizados" - Lembrei dos jovens apenados do IASES...

(Diário de Campo 10, 27/06/2013)

Aguiar (2005) nos fala que entre as conceituações sobre os movimentos sociais é notável a relevância dada aos aspectos de organização, racionalidade e consciência, considerados necessários para que o movimento seja caracterizado como efetivamente político, em oposição a uma mera rebeldia. Com base nas contribuições de diversos autores que trabalham com a temática – tais como Hobsbawm, Thompson, Castell etc. – a autora busca traçar o modo como os movimentos sociais são delineados na literatura científica, possibilitando, a partir disso, a construção de categorias de análises. Destaca-se que um dos principais vetores para a insurgência de um movimento é o fator financeiro. Todavia, também são apontadas as diversas mazelas trazidas pelo capitalismo, perpassadas pelo sentimento de injustiça. Há uma clara divisão entre a compreensão de movimentos sociais e o Estado, que seria controlado por estratos sociais superiores.

Sob outro aspecto, Azevedo (2010) afirma que

Os movimentos sociais vêm acompanhando os passos democráticos de diversas nações, inclusive do Brasil, nas últimas décadas, presentes constantemente em acontecimentos históricos relevantes, principalmente no

âmbito das conquistas sociais. Na verdade, consistem num mecanismo que os cidadãos utilizam para reivindicar e ver reconhecidos seus interesses e anseios coletivos (p. 214-215).

Ressaltamos a importância das produções teóricas existentes sobre os movimentos sociais e consideramos que essa relevância se situa na compreensão de sua articulação no correr dos processos históricos. Entretanto, neste trabalho incursionamos outros caminhos, ansiando dar passagem às pluralidades e intensidades suscitadas quando pensamos em movimentos sociais e militância.

Dar passagem às intensidades, ao movimento no movimento. Sustentá-lo em seu aspecto *sui generis*. Por outro lado, afirmar a militância como práticas cotidianas de resistência, que escapam a esquemas pré-concebidos e a uma cartilha de condutas preconizadas como inerentes a um fazer-militante. Não partir de categorias pré-definidas de “conceitos”, mas buscar visibilizar a corporeidade que tanto os movimentos sociais, quanto a militância, clamam/constroem para si.

As linhas multicores que convocamos para tecer esta pesquisa apontam para o eterno flerte dos movimentos sociais com o perigoso, inesperado, o rompante. Lutas que beiram sempre o precipício, dançando no fio da navalha.

6. CONSIDERAÇÕES SOBRE O FIM (POSSÍVEL?) DA HISTÓRIA

*Não creio que o tempo
 Venha comprovar
 Nem negar que a História
 Possa se acabar
 Basta ver que um povo
 Derruba um czar
 Derruba de novo
 Quem pôs no lugar
 É como se o livro dos tempos pudesse
 Ser lido trás pra frente, frente pra trás
 Vem a História, escreve um capítulo
 Cujos títulos podem ser "Nunca Mais"
 Vem o tempo e elege outra história, que escreve
 Outra parte, que se chama "Nunca É Demais"
 "Nunca Mais", "Nunca É Demais", "Nunca Mais"
 "Nunca É Demais", e assim por diante, tanto faz
 Indiferente se o livro é lido
 De trás pra frente ou lido de frente pra trás
 Quantos muros ergam
 Como o de Berlim
 Por mais que perdurem
 Sempre terão fim
 E assim por diante
 Nunca vai parar
 Seja neste mundo
 Ou em qualquer lugar[...]
 E assim por diante
 Nunca vai parar
 Inferno de Dante
 Céu de Jeová*

O fim da história – Gilberto Gil

Inspirados pelos versos da música de Gil, questionamos: é possível que um dia nos deparemos com o fim da história? Os trilhos da história se encaminham a um ponto final, correspondente a um estágio último das coisas e da vida, por meio do qual viveríamos “o paraíso na terra” ou, no extremo oposto, o Inferno de Dante?

Caso assim fosse, no correr dos processos históricos, guiados pela linha quente do progresso, desaguaríamos em um destino derradeiro que, por um lado, poderia ser transluzente e de águas calmas, refletindo o fim dos imbróglios, problemas sociais e embates cotidianos em favor de um mundo permeado pela justiça social e igualdade de direitos. Nesse momento teríamos alcançado um estado de graças e atingido o clímax social: uma sociedade pacífica em que todos seriam iguais e, sobretudo, respeitados em suas diferenças e multiplicidades. Um mundo que habitaria outros tantos mundos.

Todavia, os caminhos da história também poderiam nos conduzir a um estado de completo caos, a derrocada de todas as lutas, o fim da humanidade – a partir da premissa de que o homem é o lobo do homem, seria cada um por si e todos contra todos. No Inferno de Dante, estaríamos devorando a nós mesmos.

A ideia de um fim para a história foi trabalhada na filosofia de Hegel¹² e incita-nos uma reflexão acerca do modo como compreendemos os fatos históricos, sua gênese e seu desenrolar. De acordo com Scaldaferrro (2009), Hegel, em sua análise, considera que só existe história porque há liberdade, esta presente durante todo o percurso da história em graus diversos. O fim da história na concepção hegeliana seria o momento de total realização da liberdade. Por outro lado, o que move a história, na compreensão de Hegel, é a vontade do espírito de conhecer-se em sua essência, por intermédio da razão (SCALDAFERRO, 2009).

A partir dessa compreensão colocamos em análise nossos objetivos e os motivos pelos quais construímos um corpo nos entremeios da militância: Afinal, por que/para quê lutamos? Ansiamos existir, ao findar da caminhada, algum lugar onde queremos chegar e repousar? Lutamos para que um dia as lutas cheguem ao fim? Nós, profissionais, militantes e/ou pesquisadores constituintes das veias do *socius*, que irrompemos em territórios ditos “vulneráveis” e “desassistidos”; nós, imbuídos na defesa intransigente por um mundo menos desigual e violador de direitos; nós, que lutamos por vidas dignas...

... *Desejamos* o fim da história?

¹² Hegel trabalhou a ideia de fim da história em ‘Lições sobre filosofia da história’, obra póstuma publicada em 1837. A versão em português foi traduzida como ‘Filosofia da história’ (SCALDAFERRO, 2009).

Ao constituirmos nossos corpos e afetos nas lutas sociais, vislumbramos ou ao menos almejamos, certamente, um possível término para as mesmas. Como é possível não desejar o fim de uma lógica social global excludente?

É difícil nos mantermos de pé em nossas lutas cotidianas, na linha de frente dos embates políticos e ideológicos, se não conseguimos ao menos imaginar que um outro mundo é possível. Diante de uma realidade dilaceradora, que mói nossos sonhos e singularidades, transformando tudo e todos em “apenas outro tijolo no muro”¹³, imaginar outros mundos torna-se *necessário*. “Um pouco de possível senão sufoco” (Deleuze, 1992, p. 31). Por outro lado, o envolvimento na militância nos enreda, diluindo, esparramando e fazendo, sobretudo, evaporar o tempo regido por *Cronos*, de modo que são muitas coisas ao mesmo tempo e um tempo que muitas vezes não dá conta da diversidade de coisas a fazer.

Informes, muitos informes. Participação em eventos, organização de outros, início do Outubro Rosa, capacitações, seminários... Confesso que tive medo de deixar coisas importantes escaparem da ponta do meu lápis. [...] O Centro tem pernas e braços elásticos, ao que me parece. “Somos muito ecléticos”, como disse um dos companheiros... Respondem a dezenas de demandas, fazem vitórias, entram com ações no Ministério Público, planejam outros tipos de atos e manifestações, etc., etc.. Isso porque a maioria das pessoas que está lá trabalha em outros espaços. [...] Com tantas coisas a resolver, volta e meia o curso da assembleia muda. Sai-se do que estava prescrito para ser discutido nos pontos de pauta e começa uma longa discussão sobre o papel do CDDH, as parcerias, as dificuldades, as vitórias... [...] Muito se fala sobre as coisas que foram parar no papel e nunca foram levadas adiante. Penso que o não-feito, o deixado de lado, também constitui aquele espaço. Existe a impressão de que muitas coisas ficam para trás, [...].

(...)

¹³ Em menção à música ‘Another brick in the wall’, do grupo inglês Pink Floyd.

(...)

A falta de pernas e braços para dar conta de questões causa angústia em todos. E, realmente, são muitas coisas a fazer, alguns anos de percurso e um regime de encontros mensais - já que tempo é bicho em extinção nos dias de hoje -, o que ocasiona acúmulo de coisas a discutir/avaliar.

(Diário Campo 4, 29/09/2012).

Desse modo, somos convocados o tempo inteiro a estar alertas e ativos, na prontidão para os enfrentamentos. As respostas que devem ser dadas estão sempre em regime de urgência e a impressão que fica é que nunca se pode parar, nem por um único instante. Diante disso, é inegável que a caminhada, longa e intensa, exige-nos corpo, presença e tanta força que o cansaço vai se abatendo sobre os ombros. “Os ombros suportam o mundo”, lembra Carlos Drummond de Andrade (1978), e esse cansaço incita em nós o desejo de paz e calma. Um desejo de que um dia, quem sabe, alcancemos o “paraíso” e as lutas se findem, para que possamos repousar aliviados.

Nós éramos militantes de tudo, né. A gente era da Igreja, era da Pastoral, era do CDDH, ajudava a criar os sindicatos, fazia denúncia, botava mesmo a mão na massa, né. Fazia caminhada, brigava pela ampliação do cemitério, pela construção da praça, pelo posto de saúde, é... Eu não sei se isso tornou muitos de nós os chamados "militontos", o fato é que a gente tinha uma concepção da construção do reino aqui, o reino de Deus [...]. (Entrevista 2).

Nos momentos em que o cansaço se abate sobre nossos ombros, tecemos imagens de paraísos e até antevemos o fim dos enfrentamentos. Momentos em que nos pegamos a desejar o fim... Fim das lutas e o correlato fim da história.

Evocamos aqui essa alegoria do “fim” da história para versar sobre algo que ganhou visibilidade durante o trilhar desta pesquisa: certo desejo de fim que tem se construído nas relações e circula nas falas de militantes vinculados ao CDDH. Um desejo que ocupa o campo do dizível e visível quando se mergulha na urgência das

ações, na quantidade de coisas a fazer, posturas a tomar. Momentos em que o inegável cansaço se corporifica.

O desejo de um [bom] fim para a história incursiona a militância pelas sutilezas das entrelinhas e muitas vezes figura como um dos motores da caminhada: é também porque desejamos viver o paraíso na terra, ou porque refutamos e tememos o inferno de Dante, que nos mantemos na luta. Sobretudo, a finalidade da luta é aquilo que nos cola ao processo e poderia ser encarada, então, como uma utopia, não no sentido de algo irreal, mas sim de um *u-topos*, um não lugar que nos sacode e nos mantém no percurso.

Acerca da utopia, Eduardo Galeano, em uma entrevista concedida a um programa e cujo vídeo circula na web, intitulado como “El derecho al delirio”, fala de uma situação vivida por ele e um amigo, em que ambos passam por uma sabatina de universitários. Galeano conta:

[...] os estudantes faziam perguntas às vezes a mim, às vezes a ele, e foi na vez dele a mais difícil de todas. Um estudante se levantou e perguntou para que serve a utopia. Eu olhei para ele com pena. Pensei, "está encrencado"... E ele respondeu magnificamente da melhor forma. Ele disse que a utopia está no horizonte. E disse mais: 'eu sei muito bem que nunca a alcançarei, que se eu caminho dez passos, ela se distanciará dez passos. Quanto mais a procure, menos a encontrarei, porque ela vai se distanciando quanto mais me aproximo'. Boa pergunta, não? Para que serve? Pois a utopia serve para isso: para caminhar.

O encontro com as palavras de Galeano leva-nos a transmutar, até mesmo, aquilo que seria uma *utopia do fim*. O “fim da história”, aqui abordado como um desejo pungente e sinuoso que tem tateado certo modo de fazer militância/militantes passa a estar grávido de outros sentidos. O fim/término, de natureza propriamente estanque, passa a ser composto de puro movimento. Então, a utopia nada mais é que um horizonte nômade a nos pregar peças.

Após essa longa discussão, certo ar de desânimo pairou no grupo. Penso que ele é um retrato da tentativa desse Centro em multiplicar braços e pernas para dar conta de todas as questões. O que, obviamente, nem sempre é possível. O momento de “desânimo” diz respeito, certamente, a um “estalo” de constatação de que as coisas sempre sobram. Sempre há coisas a fazer, problemas a gerenciar, posicionamentos a tomar. Nunca se chegará num estado de perfeição.

A vida é feita de lutas, de intensidades. Sábias são as palavras de Guimarães Rosa, em Grande Sertão: Veredas (2001), “o correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem” (p. 448).

(Diário de Campo 3, 15/09/2012)

E nesse momento pulula em nós outro questionamento: compartilhamos a compreensão de que constituímos e somos constituídos pelos caminhos sinuosos da história?

6.1. Contribuições foucaultianas: a história como processo

A dinâmica de nossa existência está pautada na relação que estabelecemos entre coisas, pessoas, afetos, sistemas de pensamento etc., que nos ladeiam e nos constituem. Nossa ação no mundo carece de certa “consistência” do real e para que esta seja possível acabamos por tomar como naturais algumas concepções e determinados modos de ser e estar na vida. Em outras palavras, produzimos verdades que passam a figurar como o “chão de real” necessário, no qual pisamos e a partir do qual pensamos e somos – ou melhor, *estamos sendo*. Esse “chão”

também poderia ser comparado a um léxico, reunindo termos¹⁴ que são encarados como portadores de *um* único significado possível.

Dentre as várias palavras e/ou concepções que fazem parte desse léxico habitual em nós, gostaríamos de nos voltar, aqui, a uma em especial: a história. Destacamos a concepção de *história* do nosso vocabulário engendrador de práticas para que pensemos os usos que temos feito dela, como a temos olhado e qual(is) mundo(s) de sentido(s) ela faz surgir.

Certamente, quando falamos em história, nos vem à cabeça uma série de acontecimentos grandiosos que, de uma forma ou de outra, modificaram o mundo e os homens. Ao partir desse entendimento, colocamo-nos nos trilhos de uma História que se pauta na linearidade e sucessividade dos fatos, operando com a ideia de que um acontecimento provém de outro, dá sequência a outro e, dessa forma, vamos costurando uma trajetória progressista. Acompanhando as palavras de Machado e Lavrador (2010), que tecem uma crítica à compreensão da História progressista, e pautados neste léxico que em nós está corporificado, poderíamos pensar a História

[...] como um encadeamento de fatos, uma sucessão de fatos distribuídos em uma linha reta e contínua do tempo: passado, depois presente e depois futuro. Partindo de um ponto de origem, seguiríamos acompanhando um fato após outro em direção a um suposto ponto de chegada, determinado e inscrito ao infinito. A história seria definida como um conjunto de fatos *verdadeiros* que vão sempre se sucedendo e que vão sempre sendo superados (MACHADO & LAVRADOR, 2010, p. 121).

Afinal, que história é essa que ao ser contada e recontada por todos nós encarna em nossa pele e encaixa-se em nosso léxico perdurando no tempo como uma imagem única, um relato único? A que/quem essa história dá visibilidade?

A concepção de História pensada nesses termos nos circunscreve no plano dos grandes eventos que ressaltam, por sua vez, grandes personagens com imagens heróicas e romanceadas. Um caminho atravessado por determinismos e pela ideia de que há um alvo a ser alcançado, um progresso que nos levaria ao estado de graça – no qual gozaríamos o final dos problemas do mundo e do homem – ou de inteira desgraça – o derrisório fim da vida.

¹⁴ Tais termos são entendidos, aqui, como territórios de linguagem que perpassam, constituem, mobilizam e justificam um conjunto de posicionamentos.

Temos todo um caminhar da humanidade descrito e assentado nesse *modus operandi* histórico habitual. Todavia, também se vê ganhar fôlego nos entremeios dessa concepção instituída¹⁵ e arraigada em nossos corpos, um modo de operar com a *história* em que se torna possível fazê-la diferir. Em contraposição a uma História das linearidades, dos arquivos oficiais, faz-se vistas a uma *história* das raridades, dos acidentes e descontinuidades.

Valendo-se da genealogia conforme proposta por Nietzsche, Michel Foucault, em seus trabalhos, busca dar visibilidade a outras análises possíveis a partir dos acontecimentos da História. Foucault nos impele a voltar o olhar aos fatos buscando, dessa vez, a raridade dos discursos, aquilo que é minoritário, provocando-nos a libertar a *história*. Como elucida Rago (2005),

[...] em Foucault, encontra-se uma defesa declarada da História, ao longo de sua obra, uma tentativa de oferecer-lhe saídas, uma proposta de autonomização, visando libertá-la de um determinado conceito de História que implica procedimentos envelhecidos e cristalizadores, presos às ideias de continuidade, necessidade e totalidade e à figura do sujeito fundador (RAGO, 2005, p. 256).

Conforme sinalizam Lemos e Júnior (2009), a perspectiva genealógica presente nos estudos foucaultianos problematiza as noções de causalidade e evolução dos fatos históricos. Foucault (1979) nos convoca a despedirmo-nos da busca das origens, das teleologias, da verdade e identidade primeira dos fatos – características que atravessam a pesquisa historiográfica tradicional – para, então, nos lançarmos a uma pesquisa das proveniências e emergências. Ao demarcar essa mudança de direção, Foucault aponta que o nó problemático que sustenta o postulado das origens e o caráter determinista e progressista que atravessam a historiografia diz respeito a um equívoco no ponto de partida: os objetos. Valendo-se da meticulosidade que lhe é própria, ele nos incita a olhar novamente para os fatos humanos, buscando, dessa vez, desmanchar os objetos para que se chegue, finalmente, àquilo que efetivamente “escreve” a história: as práticas.

¹⁵ Tal termo faz menção ao conceito de instituição, em conformidade com o que fora trabalhado pela Análise Institucional Francesa. A instituição, nesse aspecto, compreende um conjunto de regras, concepções e práticas tomadas como verdadeiras e absolutas e é composta por uma face instituída – tudo aquilo colocado como ordem estabelecida – e instituinte – rompimento, inovação, contestação do instituído. “Produzidas pela história, [as instituições] acabam por aparecer como fixas e eternas, como algo dado, condição necessária e trans-histórica da vida das sociedades” (LOURAU, 2004, p. 73).

Rago (1995) afirma que se colocava como questão para Foucault

[...] perceber de que maneira as *práticas* discursivas e as não-discursivas, as redes de poder, constituem determinadas configurações culturais e históricas que resultam na produção de determinados objetos e de determinadas figuras sociais. [...] Nem interpretar os fatos, nem estabelecer uma cadeia evolutiva entre eles, e muito menos atribuir todas essas nossas operações a uma necessidade interna dos fatos históricos (p. 75).

Entra em cena, portanto, um campo de forças, um diagrama, sobre o qual se deve debruçar, buscando não as continuidades, mas sim aquilo que escapa, as bifurcações. Valendo-se das palavras de Deleuze (1992), empregar-se-ia um esforço em “rachar as coisas, rachar as palavras” (p. 109).

Veyne (1995) pontua que Foucault opera uma inversão, dando visibilidade a uma nova instância – as práticas – por meio da qual podemos imergir na história e perceber, nas suas minúcias, que outros sentidos acenam para acontecimentos que pareciam cristalizados, esgotados em si mesmos.

A inversão diz respeito ao fato de que não são os objetos ao longo da história aquilo que devemos investigar. De fato, são as práticas que interessam, já que são elas que produzem os objetos ao longo da história. Frente a isso, coloca-se em análise a raridade e a arbitrariedade dos fatos humanos, afinal, como pontua o próprio Veyne (1995), tudo “o que é poderia ser diferente” (p. 151).

Interessa-nos ressaltar que o fazer analítico que nos enreda nos liames da história não compreende um movimento de voltar ao passado a fim de explicar o que se passa hoje. O que nos convoca e o que queremos visibilizar é a raridade dos fatos, os pontos de emergência, os cortes, as práticas que sustentam certas objetivações. Desse modo, o que nos incita é o presente, é o que tem se passado nas redes de relações neste momento datado, a fim de tecermos algumas análises sobre o que estamos em vias de nos tornar. Conforme nos assinalam Machado e Lavrador (2010), trata-se de

[...] uma história do presente, no sentido de uma atualidade, que não se volta ao passado para pensar o presente, mas para delimitar a diferença dos modos de existência em determinadas formações históricas. O que levou a cada coisa? Quais devires? Que movimentos? Quais condições? (p. 123).

Trabalhar a história conforme a proposta genealógica de Foucault trata-se, certamente, de um convite a um “pensamento historiográfico indomado” (ALVIM, 2010, p. 205).

7. DESMANCHANDO UMA CONCEPÇÃO MAJORITÁRIA DO ESTADO: POR UM PRESENTE DESEJANTE DE POROS

Inicialmente, gostaríamos de excursionar pela problemática do Estado, buscando delinear os territórios por onde caminharíamos e a aposta que fazemos com as contribuições foucaultianas a respeito das noções de governo e Estado governamentalizado.

De fato, o Estado constitui figura latente nas práticas dos movimentos sociais e, nesse sentido, aparece como foco das ações articuladas. Ora para tencioná-lo, visando à garantia de direitos, ora para denunciá-lo quando violador de direitos. Em outros casos, para convocá-lo a somar forças na luta, ou até mesmo para transitar nele, ingressando em seus quadros.

[...] o Programa [Estadual] de Proteção a Defensores de Direitos Humanos¹⁶, ele é um contraditório [...]. Por que, geralmente, o violador é o Estado. Se ele não é o violador, ele meio que encobre, né, os violadores. Porque, é, as empresas, né, recebem estímulos, recebem isenção de impostos e tal, pro Estado. E aí vem a sociedade civil, vem os defensores de direitos humanos que lutam contra o uso do agrotóxico, lutam contra a poluição dos rios pelas grandes empresas, que querem a reforma agrária para que a população tenha acesso à terra, à produção e tal, querem a demarcação de território... Tudo isso é um contraponto de quem financia o Estado às eleições [...]. Então é complicado fortalecer um programa desse pro governo, né. É o que a gente achava que deveria ser uma coisa natural, e não é. (Entrevista 4)

¹⁶O decreto presidencial 6.044, de 12 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Proteção aos defensores de Direitos Humanos, estabelecendo os “[...] princípios e diretrizes de proteção e assistência à pessoa física ou jurídica, grupo, instituição, organização ou movimento social que promove, protege e defende os Direitos Humanos, e, em função de sua atuação e atividade nessas circunstâncias, encontra-se em situação de risco ou vulnerabilidade” (BRASIL, 2007). Da Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, derivou a criação dos Programas de Proteção que, de acordo com informações presentes no sítio eletrônico da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, funciona atualmente nos seguintes Estados: Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Pará e Rio de Janeiro. Os Estados do Rio Grande do Sul e Ceará passam por processo de implantação do referido programa. No Espírito Santo, a execução desse Programa é feita pelo CDDH de Serra.

Uma fala me chama atenção: “Estamos formando pessoas para assumir o Estado”. Há uma linha tênue entre a espontaneidade dos movimentos sociais e a institucionalização. A sociedade civil organizada tem que caminhar por esses entremeios. Tensão e conflito. Ação, transformação e conservação.

(Diário de Campo 8, 23/03/2013)

[...] Muitos militantes foram ocupar cargos, ou foram pro legislativo, e esse grupo que era militante começou a ser dirigente também. E isso foi porque a gente era confiante na mudança, acreditava, tinha um horizonte político. (Entrevista 1)

Desse modo, durante nossa caminhada, muitas vezes esbarramos com a *problemática* do Estado. Entre conversas, vivências no CDDH e entrevistas com militantes, questões que atravessam sutilmente os movimentos sociais ganhavam, cada vez mais, visibilidade. Experienciar os movimentos sociais, suas articulações, as composições das práticas e discursos em ato, levou-nos a delinear algumas questões, considerando que debruçar-se sobre as mesmas – ou melhor, derramar-se por entre elas – pode ser fundamental na oxigenação do presente, buscando *porificá-lo* e, até mesmo, forjar nele certa *porofilia* – presente desejante de poros. Uma porosidade que diz respeito às trocas, aos fluxos. Poros que sustentam a vida como meio aberto, processo inacabado, por entre os quais deslizam as intensidades, provisoriedades e o inesperado.

No bojo dos movimentos sociais, como estamos compreendendo o Estado? ‘O que é’ o Estado? É possível e estratégico defini-lo de maneira estanque? Tal definição se coloca a serviço de quais interesses, ajuda ou atrapalha? Por outro lado, seria possível pensar o Estado como uma composição de forças? De onde partimos quando falamos em “governo”? Quais ferramentas nos auxiliam a pensar o Estado e os movimentos sociais na contemporaneidade?

Nas assembleias do CDDH, ao colocarmos em pauta a defesa/garantia de direitos, certamente falávamos *sobre* o Estado. Nas entrevistas, ao falarmos dos percursos de militância de cada um, conversávamos também *sobre* o Estado. A todo

o tempo e momento, discutir movimentos sociais inculca-nos pensar *sobre* o Estado. Entretanto, de que Estado estamos falando? Trata-se de uma ideia, uma conjectura, um transcendente, um *topos* político, um emaranhado de práticas?

Nesse aspecto, víamos sobressaírem dicotomias, visões dualistas entre Estado e movimentos sociais, sociedade civil e governo, práticas de militância e práticas de Estado. *Ou* se pertence ao Estado, *ou* se pertence aos movimentos sociais. *Ou* você é militante, *ou* é governista. *Ou* você integra os quadros políticos do Estado, *ou* constitui a sociedade civil organizada. Coisas, papéis, atribuições, compromissos, cargos etc., que em uma presumida “essência” divergem, constituindo forças opositoras que se digladiam, se excluem mutuamente, não se misturam.

Primeiro que, as pessoas que tavam na frente do movimento social e que foram convidadas para fazer parte de algum cargo no governo, não conseguem fazer, assim... Uns sim. Vão pra lá, sabem que são Estado e fazem papel de Estado. Outros ficam meio perdidos entre: eu sou agora Estado ou continuo sociedade civil? Então, isso dificulta um pouco a relação, mesmo, desses... Com a sociedade civil que ficou organizada, com os que estão no Estado. E aí, até hoje nós temos pessoas que estão há anos no Estado mas, porque passaram pela sociedade civil, não conseguem se colocar no Estado no seu todo. Se coloca como Estado, mas parece que quer ficar bem com a sociedade civil e tem horas que diz: “Não, aqui eu to como sociedade civil”. Não tá, porque tá lá representando o Estado, né... (Entrevista 4)

Nota-se, portanto, que perpassa a *militância* – frisando que isso não diz respeito a um indivíduo ou a um grupo específico que pensa e age de determinada forma, mas refere-se a um corpo de discursos e práticas que atravessa um modo atual de ser/fazer militância e movimentos sociais, ganhando visibilidade e produzindo efeitos no tecido social – uma compreensão totalizadora do Estado como algo já dado, pré-concebido, fechado em si mesmo e descolado das práticas ensejadas pela sociedade civil. Muitas vezes, as falas dão pistas de um entendimento do Estado e dos movimentos sociais como pólos diametralmente

opostos, que operam continuamente por *racionalidades divergentes*, sendo também constituídos por naturezas distintas.

E aí eu to num lugar que não é nem Estado... Tem hora que eu estou as duas coisas mesmo, assim. Porque é um Programa que faz a gestão de uma política pública, muita gente acha que eu sou Estado, que eu devo me comportar como Estado e eu não consigo ser Estado. Eu estou e sou sociedade civil, mesmo que eu esteja fazendo a gestão de uma política pública. Entendeu? Então, assim, se eu tiver que fazer – e mesmo se eu estiver Estado eu tinha que fazer isso também, né – todas as críticas, todas as nossas análises para corrigir e para reivindicar do Estado o que é necessário pra garantir a realização da política pública, eu vou fazer. E algumas pessoas não conseguem ter essa dimensão. (Entrevista 4)

Parece haver um estrangulamento dos movimentos sociais nesse ponto. Perdemos o fôlego quando esbarramos nessas definições, ou pré-definições. São questões de vértice, com arestas não aparadas, que nos aprisionam e cerceiam uma multiplicidade possível. As ferramentas teóricas acionadas quando falamos em movimentos sociais e Estado acabam contribuindo para que esse hiato perdure. Destacamos, nesse aspecto, o investimento em uma determinada forma de compreender o *poder* e o modo como esse conceito-ferramenta é operado no bojo da relação entre movimentos sociais e Estado, pautando-se em uma visão maniqueísta e reificante, na qual algo ou alguém detém o poder em detrimento de outrem, que se encontra aquém e sendo, por isso, subjugado.

Foucault (1995) ressalta a importância de conhecermos as condições históricas nas quais se tornam possíveis as conceituações do tempo em que vivemos, forjando-se uma consciência histórica do presente. No movimento de colocar o presente em análise, Foucault (1995) propõe que o poder não se restringe, meramente, às técnicas de exploração, dominação e sujeição, embora tais técnicas possam compor a estratégia do poder num dado momento. Ao mesmo tempo, ele não é da ordem da posse – algo como uma substância misteriosa ou um tesouro que se detém –, de modo que ele circula nas relações. Por tudo isso, interessa-nos mais pensar sobre *relações de poder*, do que sobre o “poder” propriamente dito.

[...] não há algo como “o poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apoia sobre estruturas permanentes. Isto quer dizer também que o poder não é da ordem do consentimento; ele não é, em si mesmo, renúncia a uma liberdade, transferência de direito, poder de todos e de cada um delegado a alguns (o que não impede que o consentimento possa ser uma condição para que a relação de poder exista e se mantenha); a relação de poder pode ser o efeito de um consentimento anterior ou permanente; ela não é, em sua própria natureza, a manifestação de um consenso. [...] [o poder] não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou um consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos, ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações. (FOUCAULT, 1995, p. 242-243).

Deleuze e Parnet (1998) ressaltam que as análises de Foucault a respeito das relações de poder e suas heterogeneidades contribuíram para que pudessem ser rompidas as abstrações vazias a respeito do Estado e da lei, abrindo outros caminhos à análise política. O Estado possui certa forma, uma face instituída dotada de uma organização estrutural. Podemos falar em um Estado estratificado, compartimentado, com instâncias e papéis muito bem definidos, através dos quais vemos operar mecanismos de poder que, por vezes, transfiguram-se em relações de violência e dominação. Todavia, o Estado seria, antes de tudo, o efeito de uma série de processos e investidas dos mecanismos de poder, do que propriamente o foco detentor/emanador “do poder”. Ele atua organizando processos que correm no tecido social, fixando territórios e códigos.

[...] o aparelho de Estado é um agenciamento concreto que efetua a máquina de sobrecodificação de uma sociedade. Essa máquina, por sua vez, não é, portanto, o próprio Estado, é a máquina abstrata que organiza os enunciados dominantes e a ordem estabelecida de uma sociedade, as línguas e os saberes dominantes, as ações e sentimentos conformes, os segmentos que prevalecem sobre os outros. A máquina abstrata de sobrecodificação assegura a homogeneização dos diferentes segmentos, sua convertibilidade, sua traduzibilidade, ela regula as passagens de uns nos outros, e sob que prevalência. Ela não depende do Estado, mas sua eficácia depende do Estado como do agenciamento que a efetua em um campo social. (DELEUZE; PARNET, 1998, p.105).

Na outra ponta do processo, é inegável que o aparelho de Estado atua, muitas vezes, pautado na premissa da exclusão, violação e violência. Conforme nos fala Agamben (2004), o Estado de Exceção, outrora considerado uma medida provisória diante de uma excepcionalidade, tem se tornado, cada vez mais, a lógica

operacional do governo, apresentando-se como “[...] forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (AGAMBEN, 2004, p. 12). Desse modo, acompanhamos o fortalecimento de uma polícia que atua como braço armado do aparelho de Estado, sendo ela a responsável por manter a “ordem” e a norma, à base de tiros e truculência, fatores que corroboram com o processo cotidiano de criminalização dos movimentos sociais (FONTES, 2008). A exceção permite, no extremo, definir quais vidas valem mais e quais vidas podem e devem ser eliminadas, relegadas e/ou marginalizadas para proteger os que, efetivamente, merecem viver (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009).

Convergindo com tal movimento, vemos uma mídia que relega as práticas de militância a espaços periféricos, usufruindo-se da propagação do medo, da insegurança e da periculosidade, úteis mecanismos de controle de uma sociedade. Não obstante, observamos que o aparelho de Estado tem se apropriado das problematizações colocadas pelos movimentos sociais, as colocando para funcionar, ou não, de acordo com os interesses em voga.

Eu, pessoalmente, neguei o Estado por muito tempo, pra mim o Estado era algo muito ruim, opressor, e acho que é, né. Acho que, por exemplo, o estado brasileiro, no que diz respeito aos direitos humanos é o maior violador, sob todos os aspectos, né. (Entrevista 2)

...

Bom, quando nós começamos a denunciar [as violações de direitos no sistema prisional do Espírito Santo], começamos a tentar um diálogo com o governo, nós não fomos ouvidos. Não fomos ouvidos porque o governador Paulo Hartung nunca recebeu o Conselho Estadual de Direitos Humanos. Ele ficou no governo 8 anos e durante 8 anos ele não abriu nenhuma mesa de negociação pessoalmente, o governo, o governador do Estado, né. Claro que ele mandava os secretários nos ouvirem e que não resolviam nada. Mas ele, pessoalmente, governador do Estado, nós nunca pisamos no Palácio Anchieta durante os 8 anos dele... E aí, nós não nos fazíamos ouvir. Pelo contrário, não é. Quando nós começávamos a denunciar,

então nós éramos quem estávamos querendo desestabilizar o governo, provavelmente um de nós queria ser candidato, tínhamos vínculo com o partido A, B, C ou D... Não reconhecíamos os avanços do governo, estávamos a serviço de alguém... Essas coisas que a politicagem, não a política, a boa política, mas a política na sua forma mais pejorativa, no Brasil muito fácil, né... Sempre deslegitimando o discurso dos direitos humanos. (Entrevista 3)

...

E é bom que se diga que, assim, a gente, só pra vocês terem uma ideia qual era o descaso que o governo tinha com o Conselho e eu falo isso porque pra mim é simbólico, né. A forma como o governo lidava com o Conselho de Direitos Humanos, que até então era o único órgão do Estado relacionado aos direitos humanos, é a forma que ele lidava com a política de direitos humanos, ou com a ausência de política de direitos humanos. Nós funcionávamos numa sala que era a metade dessa daqui, o Conselho, até 2010. Metade dessa daqui, o teto caía, eu tinha um computador, eu tinha um telefone que só fazia ligação interna, o computador não tinha impressora, então eu tinha que gravar num pen-drive particular meu, ou do meu secretário [...] e aí ele tinha que sair rodando os órgãos pra saber onde que conseguia imprimir e, às vezes, as impressora imprimia numa tinta azul clara que ninguém entendia nada do que a gente escrevia... Era essa a situação do Conselho. (Entrevista 3)

Tais acontecimentos acabam contribuindo para que se compreenda o Estado como portador de uma essência, que o definiria como dominador e centralizador. Coimbra e Nascimento (2009) lembram que o fortalecimento de uma lógica binária que define os lugares e os detentores do poder corrobora com os processos de dominação que provém dessa lógica. Trata-se de uma compreensão que atravessa a todos nós, vetores que acompanham os processos de constituição de sujeitos. O que é a política? Quem faz política? Devemos nos indagar acerca dos processos que contribuíram para um entendimento do poder como algo totalizante, localizável,

e acerca do modo como viemos a vincular poder e Estado, este sendo a instância máxima daquele. Um poder capaz de sujeitar a todos e, principalmente, certas parcelas da população.

O erro seria dizer: há um Estado globalizante, mestre de seus planos, e que armam suas armadilhas; e então, uma força de resistência que ou vai adotar a forma do Estado, admitindo a possibilidade de nos trair, ou então vai cair em lutas locais parciais ou espontâneas, admitindo a possibilidade de serem, a cada vez, abafadas e derrotadas. O Estado mais centralizado não é de modo algum mestre de seus planos; também ele é experimentador, faz injeções, não consegue prever o que quer que seja [...]. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 118-119).

Consideramos que fomentar outros caminhos para os movimentos sociais no contemporâneo subentende empreender uma dobra na concepção majoritária de Estado, desmanchando um *topos* do Estado dicotômico e distanciado, detentor/operador de um *poder* que deve ser (re)conquistado e partilhado, ideia que muitas vezes é investida e fortalecida também pelos movimentos sociais. Trata-se de transversalizar compreensões, dissolver papéis, desnaturalizar práticas.

O desafio que se coloca hoje é como mudar o mundo sem tomar o poder, ou seja, sair da lógica estatal e da identificação entre revolução e controle do Estado. O que as experiências comunistas mostraram é que a mudança não levou à maior liberdade, à autonomia, ao fim das relações de poder, à valorização afetual na vida social, ao desenvolvimento social e coletivo, à retomada do corpo e à apropriação da vida, à sustentabilidade ecológica. A idolatria do trabalho, da técnica e do progresso reafirmam-se; a burocratização e a militarização ganham terreno (OLIVEIRA, 2007, p. 35).

Um grande analisador, nesse caso, é a avaliação que os militantes entrevistados fazem sobre a chegada de partidos ditos de esquerda, ou centro-esquerda, a cargos de maior expressão política e, conseqüentemente, o fato de isso ter proporcionado uma maior abertura dos canais de comunicação entre Estado e movimentos sociais. Grosso modo, consideram que apesar de terem mais espaço e interlocução, muitos problemas continuam, com pautas chegando ao retrocesso, inclusive.

E eu acho que teve uma evolução espetacular... O movimento se profissionalizou, você tem hoje pessoas que trabalham nas entidades de direitos humanos, o trabalho que era realizado pela militância voluntária hoje é remunerado, as entidades cresceram. [...] Então a formação continua, as reuniões plenárias continuam, a crítica continua, você vê que o Plano

Estadual de Direitos Humanos não foi aprovado, algo por que se lutou durante uma década. E aí, o que faltou? A gente não soube fazer as articulações políticas necessárias? E hoje a gente faz essas perguntas, antes a gente empurrava a porta, abria porta ou buscava aliado. Agora nós estamos no poder e não estamos abrindo tantas portas assim. Então o movimento de direitos humanos ainda tem um discurso que faz essa crítica, ainda é um dos poucos que mantém reuniões, encontros... O MST também. E aqueles movimentos todos desaguaram nos direitos humanos, e mantém uma crítica, às vezes mais tímida porque, po, o cara tava até ontem no Centro de Defesa comigo e agora tá lá... Enfim, é isso. Eu acho que movimento começou a fazer essa avaliação, eu é que perdi um pouco a continuidade dela, mas eu já participei de reuniões em que a gente meio que... Até porque eu também ocupei uma secretaria e saí. A gente falava "por que alguns ficam? Tem que sair! [...] nós conseguimos entrar no Estado e hoje estamos com muito menos espaço ainda que tenhamos muito mais companheiros ocupando... Que contradição é essa? [...] Porque com o governo Lula se abriram muitas portas, políticas voltadas pra mulher, pra assistência, pra saúde. E os movimentos passaram a receber e a gerenciar dinheiro. Então acho que o movimento tá fazendo sim essa autocrítica e ela é necessária. Eu acho também que a gente tá voltando a fazer o que a gente fazia antes, pensar quem é o Estado, quais os interesses que o mobilizam, então ainda que seja um governo do PT, não foram os interesses populares, democráticos, dos trabalhadores que mais mobilizaram. [...] Então, que momento é esse? Qual é a fase do capitalismo? Qual é hoje a condição de quem vive do trabalho? Como a questão social hoje se expressa? O que ficou mais... Enfim, acho que a gente começa a se dar conta de que vamos ter que dar um passo atrás pra continuar avançando. O movimento é auto-reflexivo. (Entrevista 1)

...

[...] primeiro era negativa desse Estado, né. Não tinha jeito. Mas depois a chegada no poder é um negócio complicado... Porque você tem duas coisas, né. E aí você tem que fazer assim... E aí, eu acho que o partido erra muito, o partido tem que, ele tem que ser um instrumento, o seu dirigente tem que fazer essa leitura, mas também dar os elementos para que este filiado, militante, que tá lá na ponta, ele possa compreender esse chamado tripé, né, da institucionalidade, dos movimentos sociais, da luta política, né. Então, e aí se fazia uma confusão danada porque tirou bons quadros dessa militância, do protagonismo dessa luta popular e leva pros, pros governos. Ali tem uma confusão, né. [...] A nossa contradição tá exatamente... Ela acentua com a chegada do governo Lula, né. Ela acentua com isso, porque primeiro, assim, todos nós tínhamos uma expectativa enorme naquele governo. Alguns votaram 4 vezes no Lula [...]. (Entrevista 2)

...

*E aí eu acho que nesse último momento nós temos nos deixado encantar pelo canto da sereia, e isso tem feito com que a nossa voz se baixe e algumas derrotas ocorram. Particularmente, de dezembro pra cá o movimento ganhou um fôlego com a história do Programa [de Educação em Direitos Humanos], acho que o **** foi muito firme e contundente quando teve que ser, que foi quando o governador se retirou daquela solenidade de 10 de dezembro do ano passado que deveria cancelar o Programa e ele não foi. O**** foi muito contundente e conseguiu mobilizar, e nós ganhamos um fôlego nesse sentido, de maior independência, de maior possibilidade de construção, sem nos deixar levar e diminuir por algumas posturas governamentais. (Entrevista 3)*

...

Eu digo que, pela história de 30 anos de luta, algumas coisas avançaram. Outras parecem que retrocedem. Por exemplo: nós no governo eleito em 2002 e começou em 2003, colocamos

sobre a mesa deles um plano, um Programa de Direitos Humanos. Nunca saiu da gaveta. Agora a gente construiu novamente com uma participação muito maior do que foi aquele, e aí por causa disso também eu acredito que a pressão foi maior para que o governo assinasse, colocasse para ser executado... Então, eu vejo assim, mesmo com pouca articulação dos movimentos sociais, ainda temos a possibilidade de fazer pressão para a execução, para a prioridade do... Mas não há prioridade. E nenhuma política será prioritária se não houver pressão popular. Então, ninguém pode se medir, por melhor que seja a pessoa eleita, por mais que a gente se identifique com ela, ninguém precisa se iludir de achar que por causa disso as coisas vão se dar tal e qual a gente quer. Não. Sem organização, sem pressão, sem provocação, não vai sair. Então assim, tem muita gente querendo que os direitos humanos sejam prioridade, mas na hora do enfrentamento, não são tantas assim que vão [...]. O que vai dizer no final das contas o que de fato vai acontecer é a capacidade que a gente tem de argumentar e convencer que isso é prioridade. 'Ah, mas ele por si só, já por ser um governo de centro-esquerda, tinha que saber'. Sabe. Mas só que a pressão que os outros, as outras áreas fazem, também é grande. Então, ele vai medir quem tá buscando com mais rigor aquela realização. Era pra ser diferente? Poderia ser diferente. Mas não é assim, por que nós estamos em um país capitalista, num mundo capitalista, aonde prevalece quem corre mais e chega na frente. Então, era pra ser assim? Do nosso ponto de vista, não. Mas é assim que acontece, é a realidade que a gente tá vivendo. Então, assim, os direitos humanos vão ter um papel mais ou menos, dentro do Estado, seja ele Estado, município, seja nação, de acordo com a possibilidade que a gente tem de articulação, de organização e de incidência, né, que a gente tem junto aos comandos para que isso se efetive. (Entrevista 4)

Com o intuito de apontar outras vias à compreensão tradicionalista acerca do Estado, convocamos alguns conceitos-ferramenta propostos por Michel Foucault ao

longo de sua obra. Acreditamos que produzir fraturas no entendimento hegemônico de Estado é uma dos aspectos prementes à oxigenação dos movimentos sociais, já que o entendimento do Estado como objetivo último das lutas populares, como alvo da tomada de poder que só poderia ser levada a cabo pelos movimentos sociais, não mais dá conta de absorver toda a complexidade que atravessa a vida.

7.1. Estado governamentalizado

Foucault (1995) nos fala que, a partir do século XVI, desenvolveu-se uma nova forma política de poder, com a constituição dos Estados Nacionais na Modernidade envolvendo grande mudança nas relações sociais. Outro diagrama de forças estava se forjando e é com base na análise desse processo histórico que Foucault (2008) aponta a passagem das sociedades de soberania para as sociedades de governo. Ele busca decompor os diferentes vetores que atuam nessa transição e, partindo do aparecimento da população como problema, destaca alguns processos preponderantes ao que denomina *governamentalização* do Estado, momento em que as técnicas de governo passam a ser consideradas imanentes ao aparelho estatal.

O período feudal, marcado pelas sociedades de soberania, apresentava um diagrama do poder que operava a prática de “fazer morrer ou deixar viver”. O rei destinava toda sua atenção e zelo ao território, de modo que lhe interessava cuidar de seu feudo, expandindo e protegendo suas fronteiras contra invasores, salteadores ou qualquer súdito que ameaçasse seu domínio sobre o território em questão. Aos habitantes que o ocupavam, o rei tratava de deixá-los viver e a vida assumia, dessa maneira, uma forma de indulgência. Porém, mediante qualquer perigo que atentasse contra a supremacia do rei sobre seu quinhão, o mecanismo de poder em questão passava a visar à retirada da vida, na medida em que, em última instância, o que o soberano podia fazer para manter sua hegemonia era matar.

Ao final da Idade Média, a circulação de pessoas, a intensificação do comércio, os problemas com epidemias e escassez alimentar passam a compor um processo por meio do qual a questão populacional vai ganhando visibilidade aos

olhos do rei e inscrevendo-se como um problema a ser administrado. Dessa maneira, o diagrama do poder passa a investir a vida, ampliando o domínio do território pela ordenação das coisas que estão sobre ele, voltando a atenção para a população e toda a sorte de coisas que a acompanha.

Visando discutir o advento do governo das populações, Foucault (2008) inicialmente busca o auxílio das produções literárias compreendidas entre os séculos XVI e XVIII que versavam sobre a *arte de governar* – conselhos dados ao príncipe e que abordavam a melhor maneira de governar e manter o controle sobre seu território e as “coisas” que se encontravam nele.

Essa *arte de governar* esteve durante algum tempo, e antes mesmo nas sociedades medievais, limitada a certos grupos espirituais. A pastoral cristã, ao elucidar a ideia de um governo das almas que conduziria à salvação, funda a problemática das técnicas de governo (FOUCAULT, 1990). Governar nada mais era do que *conduzir as condutas* dos indivíduos, visando assegurar a salvação individual em outro mundo, também compreendendo a necessidade de se estar preparado para sacrificar-se em prol de seu rebanho (FOUCAULT, 1995). Tratava-se de uma tecnologia de poder, chamada por Foucault de poder pastoral, que se voltava ao cuidado de todos e de cada um, por isso, um poder totalizador e individualizante a um só tempo. A integração da tecnologia do poder pastoral pelo Estado moderno ocidental a partir do século XVI corrobora com o deslocamento do foco do poder, que passa do território – como ocorria nas sociedades de soberania – para a população.

Ocorre, então, o que Foucault (1990) denomina *laicização e multiplicação das artes de governar*. Multiplicação no sentido em que o problema do governo adentra outros espaços: como governar crianças, pobres, famílias, cidade, Estados etc? Além disso, há uma aproximação entre as técnicas de governo e a figura do Estado.

Já não se trata mais de uma questão de dirigir o povo para sua salvação no outro mundo, mas, antes, assegurá-la neste mundo. E, neste contexto, a palavra *salvação* tem diversos significados: saúde, bem-estar, (isto é, riqueza suficiente, padrão de vida), segurança, proteção contra acidentes. Uma série de objetivos “mundanos” surgiu dos objetivos religiosos da pastoral tradicional [...]. (FOUCAULT, 1995, p. 238).

Se nas sociedades de soberania o príncipe mantinha com seu principado uma relação de exterioridade e transcendência – sendo, ademais, o único responsável por conduzi-lo, governá-lo – a formação dos Estados Nacionais inaugura uma pluralidade de práticas concernentes ao governo: o pai que governa uma família, o diretor que governa uma escola, o professor que governa seus alunos, o padre que governa uma Igreja etc. Vemos, então, se interiorizar e escorrer por todos os cantos e espaços técnicas de governo e de gestão da vida.

É no interior do Estado que o pai de família vai governar sua família, que o superior do convento vai governar seu convento, etc. Há, portanto, ao mesmo tempo, pluralidade das formas de governo e imanência das práticas de governo em relação ao Estado [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 124).

Vemos demarcarem-se o que Foucault (2008) chama de linhas ascendentes e descendentes, que configuram diferentes formas de governo. No primeiro caso, a pessoa que soubesse governar a si mesma, governando bem, em seguida, sua família e suas posses, por fim, chegaria a governar um Estado. A pedagogia garantia a continuidade ascendente dessas formas de governo. No segundo caso, a linha descendente garante que um bom governo do Estado repercutiria, propriamente, na conduta das famílias e, no mais ínfimo movimento, dos indivíduos. Nesse caso, a “polícia” seria a responsável por garantir tal continuidade.

Diferentemente das funções coercitivas que assume na atualidade, a *polícia* surge, no contexto em questão, como instrumento decisivo na passagem para um Estado de governo, possibilitando a este estabelecer uma relação entre sua ordem interna e o crescimento de suas forças. A polícia era responsável, no século XVIII, por “[...] assegurar a manutenção, a higiene, a saúde e os padrões urbanos, considerados necessários para o artesanato e o comércio” (FOUCAULT, 1995, p. 238). A polícia, juntamente à tecnologia diplomático-militar – que se incumbia das relações externas do Estado – responsabilizava-se pelo crescimento e manutenção do apogeu do Estado, promovendo a manutenção de uma ordem interna que garantiria o brilho estatal. Para Foucault (2008),

A polícia é o conjunto das intervenções e dos meios que garantem que viver, melhor que viver, coexistir, será efetivamente útil à constituição, ao aumento das forças do Estado. Temos, portanto, com a polícia um círculo que, partindo do Estado como poder de intervenção racional e calculado sobre os indivíduos, vai retornar ao Estado como conjunto de forças crescentes ou a se fazer crescer - mas que vai passar pelo que? Ora, pela vida dos indivíduos, que vai agora, como simples vida, ser preciosa para o

Estado. [...] fazer da felicidade dos homens a utilidade do Estado, fazer da felicidade dos homens a própria força do Estado (p. 438-439).

Foucault (2008) acompanha a racionalidade¹⁷ política que guia a experiência moderna e afirma que o que marca as sociedades ocidentais não é o surgimento do Estado e/ou o individualismo fortalecido pela ascensão burguesa, mas sim a correlação entre as técnicas de individualização e totalização (CASTRO, 2009) que inicialmente percorreram o poder pastoral e se instalaram, posteriormente, na constituição de uma razão de Estado. Ademais, o aparecimento da população como problema e a aproximação entre as táticas de governo e o Estado são processos intimamente implicados no contexto de formação da biopolítica. A biopolítica, como técnica do governo das populações, retrata-nos o modo como “o problema da vida começa a problematizar-se no campo do pensamento político, da análise do poder político” (FOUCAULT, 1999, p. 288). As técnicas biopolíticas inscrevem-se na problemática de como fazer viver e “viver melhor”. Contexto em que a população passa a ser tomada como foco de incidência do poder, instalando-se uma preocupação acerca da “extensão” da vida, que se faz possível por meio de certas intervenções no corpo populacional.

Essa nova tecnologia de poder inaugura a série elencada por Foucault (1999) como sendo ‘população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores da vida – Estado’. Trata-se de um conjunto biológico e estatal, de bio-regulamentação pela via do Estado. Importante notar que, se o Estado diz da integração dos indivíduos numa totalidade a partir de processos biológicos e de mecanismos reguladores da vida, tal integração se faz exatamente por relações de força desde o interior do corpo social-biológico, e não por uma força “superior” ou soberana. Chamamos a esse poder integrador do Estado Moderno de *governo*.

Ao contrário, aqui não se trata de impor uma lei aos homens, trata-se de dispor das coisas, isto é, de utilizar táticas, muito mais que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas; agir de modo que, por um certo número de meios, esta ou aquela finalidade possa ser alcançada (FOUCAULT, 2008, p. 132).

O problema do governo traz consigo questionamentos sobre “como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar

¹⁷ Por racionalidade entendem-se certos modos de fazer ou agir, marcados por um caráter histórico-fragmentário (CASTRO, 2009) que resguarda a especificidade de cada tempo. Ao propor o estudo das racionalidades, Foucault volta-se a um estudo das práticas, já que toda prática possui uma racionalidade específica que a sustenta.

ser governados, como fazer para ser o melhor governador possível?” (FOUCAULT, 2008, p. 118). As práticas de governo investem as vias de constituição do Estado e disso resulta certa imanência dessas práticas em relação ao próprio Estado. Foucault empenha-se em mostrar o processo pelo qual o Estado governamentalizou-se, passando a operar de acordo com uma racionalidade política que visa, em última instância, à manutenção do próprio Estado.

[...] se efetivamente os problemas de “governamentalidade”, as técnicas de governo, tornaram-se realmente a única aposta política e o único espaço real da luta e dos torneios políticos, essa “governamentalização” do Estado, todavia, foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. E é verossímil que se o Estado existe tal como existe hoje, foi graças precisamente a essa “governamentalidade” que é ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado, já que são as táticas de governo que permitem, a cada instante, definir o que deve ou não ser referido ao Estado, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que é não estatal. Portanto, o Estado em sua sobrevivência e o Estado em seus limites não devem ser compreendidos senão a partir das táticas gerais da “governamentalidade” (FOUCAULT, 2008, p. 304).

Contudo, ao mesmo tempo em que se funda uma problematização e todo um conjunto de práticas acerca dos modos de governar, também se vislumbra um questionamento de outro tipo: “como não ser governado?”. Foucault (1990) afirma que isso não quer dizer que

[...] na governamentalização, seria opor numa sorte de face a face a afirmação contrária, “nós não queremos ser governados, e não queremos ser governados absolutamente”. Eu quero dizer que, nessa grande inquietude em torno da maneira de governar e na pesquisa sobre as maneiras de governar, localiza-se uma questão perpétua que seria: “como não ser governado *assim*, por isso, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não para isso, não por eles. [...] Em face, ou como contra-partida, ou antes como parceiro e adversário ao mesmo tempo das artes de governar, como maneira de suspeitar dele, de o recusar, de o limitar, de lhe encontrar uma justa medida, de os transformar, de procurar escapar a essas artes de governar ou, em todo caso, deslocá-lo, a título de reticência essencial, mas também e por aí mesmo como linha de desenvolvimento das artes de governar, [...] ao mesmo tempo atitude moral e política, maneira de pensar etc. e que eu chamaria simplesmente arte de não ser governado ou ainda arte de não ser governado *assim* e a esse preço (FOUCAULT, 1990, p. 3-4).

Consideramos que a circunscrição do problema também em relação às maneiras de como não ser governado ou, em última instância, como não ser governado de *certa forma* e sob *certos princípios*, diz, certamente, de um plano ético por meio do qual podemos produzir desvios, modulações, fazendo disso que estamos sendo uma outra coisa. Plano ético, de resistência, que está em relação constante com os modos instituídos de ser, fazer e governar.

César (2008) ressalta que a questão do governo também nos faz pensar, justamente, na liberdade: como cultivá-la, exercitá-la, fazê-la circular diante de técnicas de poder tão imanentes e que se colocam como mantenedoras e ampliadoras do controle do Estado. Se pensarmos no governo, ou melhor, nas técnicas de governo, como aquilo que nos atravessa e nos constitui, aquilo que compõe nossas próprias práticas e discursos, podemos ver que o aparelho de Estado não é algo estático, transcendental, que não constitui uma entidade, um patamar a partir do qual as forças se consolidam e se exercem.

O que Foucault (2008) busca mostrar, ao explorar a ideia de governo das populações, é que existe uma supervalorização do problema do Estado – fato que encontra ressonâncias entre os movimentos sociais atuais –, visto como um monstro frio ou como uma instância que deve ser reduzida a processos básicos, sendo um alvo a atacar ou um espaço privilegiado para se ocupar. De todo modo, Foucault (2008) tenta demonstrar que o Estado talvez possua uma importância bem menor do que se imagina, não passando de uma “realidade compósita e uma abstração mitificada” (p. 144), considerando que “o que há de importante para a nossa modernidade, isto é, para a nossa atualidade, não é portanto a estatização da sociedade, mas o que eu chamaria de governamentalização do Estado” (p. 144-145).

A governamentalização é um processo ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado e atua operando um corte entre aquilo que é de âmbito do Estado e o que não é (FOUCAULT, 2008). Ora, se a questão é de *governo* e não puramente de *Estado*, como fazer? Desafios que se colocam a nós diante daquilo que podemos chamar de *pulverização* das táticas de governo.

7.2. Sociedade de controle, táticas de governo e movimento sociais

Ao convocar Foucault, conseguimos empreender um deslocamento no foco das questões que atravessam os movimentos sociais, que preenchem e ensejam suas lutas: os conflitos – sociais, políticos, raciais, econômicos etc. – suscitados em nossa sociedade contemporânea e capitaneados pelo racionalismo de uma exclusão globalizada são atualizados pelo Estado e pelas práticas sediadas por ele, todavia o

extravasam. Diríamos, acompanhando as contribuições foucaultianas, que não se trata de um problema apenas de *Estado*, mas de *governo*. Práticas de governo que atravessam a vida, atuando nos processos de constituição de sujeitos. Governar ou, em outras palavras, conduzir condutas, não se trata, pois, de uma particularidade do Estado. Veiga-Neto e Lopes (2007) afirmam que “[...] a modernidade pode ser caracterizada, em termos políticos, pela progressiva estatização tanto das ações de governar quanto das relações de poder” (p. 952) e ainda fazem uma diferenciação entre as palavras *governo*, que para os autores assume a função de designar todas as ações centralizadoras do aparelho de Estado, e *governo*¹⁸, que serve para designar “[...] todo o conjunto das ações – dispersadas, disseminadas e microfísicas do poder – que objetivam conduzir ou estruturar as ações” (p. 952).

Além disso, o diagrama biopolítico do poder e a governamentalidade inscrevem-se sob a égide de uma sociedade em que o controle se dá a céu aberto, um controle que é, como bem define Deleuze (1992), “[...] de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado” (p. 224). Na sociedade de controle acompanhamos a transição de um capitalismo fixado aos territórios para um capitalismo caracterizado por sua liquidez, suas modulações contínuas, desterritorializadas, compatível com a nova ordem da economia neoliberal e globalizada. As leis de mercado se impõem ao funcionamento do aparelho de Estado, de modo que a economia passa a ditar o rumo das ações políticas. Desse modo, fica a cargo de um capital imaterial o controle dos fluxos, os cortes e rupturas que, a todo o momento, incidem nas subjetividades.

Nesse funcionamento imanente da máquina capitalística pautado na dicotomia dominado/dominador, disseminam-se formas de produzir capital de maneira lícita ou ilícita, ampliando sua produção indefinidamente: mais produção de um determinado modo de viver – voltado para defender o EU, o Meu patrimônio individual, a Minha verdade privada mesmo que seja em grupos, empresas, partidos ou sindicatos vinculados explicitamente ou não ao Estado (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009, p. 50-51).

As práticas de governo se imiscuem em cada pedaço de nossas existências, de modo que internalizamos mecanismos de controle/regulamentação da vida em nossas relações cotidianas, passando a operar por meio da fixação de limites entre

¹⁸ Nesta dissertação optamos por falar em governo, com letra minúscula, a fim de diferenciar de Governo – no âmbito Municipal, Estadual e Federal. Por vezes também usamos a terminologia práticas de governo, visando ressaltar a caráter dissipativo e microfísico do mesmo, com base no diagrama de poder em questão.

o normal e o anormal, entre o aceitável e o inaceitável, produzindo padrões de vida, de conduta, de bem viver. Tudo aquilo que não se encaixa dentro de tais limites torna-se marginal, permanecendo, desse modo, à margem de tudo aquilo que é adotado como modo majoritário de vida. Se, por um lado, as práticas de governo extravasam o aparelho de Estado, na outra ponta do processo podemos notar o modo como os focos de resistência vão sendo capturados, engessados, amortizados.

A sociedade de controle tem a capacidade de absorver rapidamente um infrator como controlador, um inventivo jovem como programador institucional, uma rebeldia em moda, um contestador em político profissional; é a sociedade das retóricas e das incansáveis capturas. Nela se pretende convencer a todos, e de diversas maneiras, sobre a participação democrática em *todas* as manifestações da vida. Assim é que as conhecidas formas de obtenção de consenso político por medo, por omissão ou adesão, agora se expandem para a economia, a cultura, a ecologia, atingem as minorias por meio de pletera de direitos e convocação à participação nas biopolíticas – que sempre emanam dos grupos organizados ou de seletivas manifestações latentes para o Estado, conformando o que Foucault chamou de controle sobre o corpo-espécie, a população. (PASSETI, 2009, p.157-158).

Imanência das práticas de governo em relação ao Estado, biopolítica e mecanismos de controle: é na convergência desses processos múltiplos que os próprios movimentos sociais têm sido enredados. Coimbra e Nascimento (2009) ressaltam a necessidade de se pensar as questões referentes aos movimentos sociais no contemporâneo indissociavelmente à inserção destes em uma sociedade de controle neoliberal.

Nesse sentido, é interessante notar como algumas táticas sediadas pelo aparelho de Estado passam a encontrar eco nos movimentos sociais. O analisador que trata da “chegada ao poder” de partidos de esquerda e centro-esquerda vem acompanhado de uma percepção acerca do aparelhamento também dos movimentos sociais. Torna-se cada vez mais comum o desejo de movimentos sociais institucionalizados, voltados à captação de recursos para execução de projetos e políticas públicas que carreguem em seu âmago a defesa de direitos. Vemos modos de organização mais complexos, que deixam à mostra o fato de que o processo de abertura de canais de interlocução entre aparelho de Estado e movimentos sociais envolve, também, um processo de *estatização*, *governamentalização* das ações de militância.

Outras falas me chamaram atenção durante o encontro. Uma delas versava sobre a burocratização da militância. Um jovem que estava lá, ao falar sobre isso, faz uma diferenciação entre *militância de conselho* e *militância de base*. No caso, a função de todos que estavam ali deveria ser a de multiplicador de movimentos de base.

Qual é a militância que se quer, afinal?

A outra fala, na verdade, era um questionamento: “se o Estado passa a assegurar o direito, como fica a entidade?”.

(Diário de Campo 4, 29/09/2012)

Os processos de institucionalização dos espaços: registro em cartório, credibilidade jurídica. Será que quando se fala nisso está-se refreando processos de criação de possíveis? A institucionalização também constitui estratégia para construir espaços de legitimidade frente ao aparato Estatal? (“demarcando espaço”?)

Uma questão tem que se levar em análise: a imersão na malha burocrática. Criamos burocracias.

(Diário de Campo 8, 23/03/2013)

O problema da representatividade: quem pode falar em nome do CDDH? Essa questão me pegou. Sempre fico incomodada quando percebo certo caráter “empresarial” em determinados espaços... Sei que o CDDH entrou num nível de funcionamento complexo e burocrático em que essa representatividade tem que ser discutida, avaliada... Mas acho que isso limita certo funcionamento amplamente público, digamos. Público e comum, no sentido que Negri dá a essa última palavra. Discutiu-se que não dá para qualquer um falar em nome do CDDH, porque não se sabe o que será dito por todos. Às vezes uma pequena coisa dita em desacordo àquilo que a instituição adota como objetivo e/ou diretriz, pode “manchar a imagem” do Centro. E é importante preservar essa imagem.

A institucionalização cobra certas coisas. A representatividade é uma delas. “O CDDH tem uma imagem a zelar”.

(Diário de Campo 7, 16/02/2013)

[...] eu já fui convidada para ser subsecretária, diretora de não sei o que, e tal... Mas eu não consigo... Eu sei dos limites que esses espaços tem. Eu me proponho a ajudar quem entra, não tem nenhum problema. Olha, quem tem disposição pra enfrentar essas burocracias internas, porque são muitas, a gente com um programa passa por muita burocracia, imagina quem tá dentro de um espaço público. É muita burocracia. Burocracia que nós ajudamos a criar. Dia desses a gente estava refletindo: as leis de fiscalização, essas coisas todas, nós que ajudamos a exigir que elas existissem. O problema é como não burlar essas leis e fazer rapidamente fluir o trabalho, a gestão dessas políticas, para que a população seja beneficiada. Ai é que tá o dilema. Por que, acho que a gente não tem que dizer que tem que mudar a lei. Mas como fazer com que as coisas fluam mais rápido. (Entrevista 4)

É desafiador pensar que as práticas de governo e a lógica do controle encontram eco nos movimentos sociais. A própria compartimentação de “bandeiras” de luta, a sedimentação em grupos identitários retroalimenta a lógica de controle. A fragmentação das lutas em “guetos sociais” acaba abrindo brechas aos processos de dominação sediados pela máquina abstrata do capital.

Mundo dos direitos: a ser negro, índio, mulher, menor, homossexual, deficiente, louco, preso, com muitos outros direitos a participar obrigatoriamente desta sociedade. A sociedade de controle inclui e articula o discurso da exclusão – tão pertinente à sociedade disciplinar, e que girou em função da obtenção de direitos ao trabalho, ao sexo, à educação etc. – aos diversos fluxos que deságuam em políticas afirmativas, declaração sobre tolerâncias e disseminação da noção de coexistência, entre outros, gerando fusões uniformizadoras que contornam as diferenças. (PASSETTI, 2009, p. 160).

A racionalidade de Estado escorre pelos movimentos sociais, de modo que, como num estalo, é possível perceber, no bojo dos movimentos sociais, a compartimentação, a formação de grupos dentro de um grupo, a partidarização das “bandeiras” defendidas, a fixação de territórios de experiência atribuindo-lhes identidades, indo na contramão dos processos de afirmação das singularidades, da diferença.

[...] o que ocorre muito nos movimentos sociais, sobretudo nos comunitários, nas associações, é porque as pessoas, as autoridades começam a te ver com uma marca partidária e começam a te atender melhor, ou melhor, dependendo da conjuntura, dependendo da aliança feita daqui a pouco (Entrevista 2)

...

[...] quando eu estou Estado, eu tenho que responder de acordo com a organização do Estado, a política de Estado, né, que muitas vezes entra em conflito com o meu jeito de ver que o Estado deveria agir. Por exemplo, eu conheço pessoas que dizem assim, que entraram no Estado e dizem assim: ‘a sociedade civil avalia o Estado de forma errada’. Mas até ontem eu também era sociedade civil. Então, qual é a forma certa? Mas a pessoa também não sabe, entendeu, dizer o que é essa forma certa. Por que o que que acontece: enquanto eu

estou sociedade civil, eu to livre para fazer avaliação. Quando eu entro, principalmente se eu estou em um cargo comissionado, eu estou subordinada àquela forma de governar daquele eleito, né. Que como não é uma política estatal de fazer a saúde, ela tem lá a política traçada, mas não é daquela forma que ela age, educação a mesma coisa... E tá tudo muito bonito no papel, mas na prática não... E todas as políticas, praticamente, são assim. Então, infelizmente, como não é uma coisa, assim, que é uma definição de projeto político geral, cada secretaria, cada ministério, vai atuar de acordo com a posição do seu partido, do seu grupo – porque, às vezes, dentro de um partido, tem vários grupos – do seu grupo partidário... Entendeu? E isso conflita, é diferente de quando eu tô pura e simplesmente na sociedade civil, por que os interesses que eu vou defender são só aqueles dali daquele grupo... Mas também é de grupo. Nem sempre é do todo.
(Entrevista 4)

Presenciamos um apego às velhas formas de luta política, às velhas formas de representação. As recentes manifestações mundiais, amplamente abordadas na apresentação desta dissertação, dentre outras funções que assumiram para si, também serviram como intercessores¹⁹, de modo que a partir delas foi possível aos movimentos sociais tradicionais *outrar* o olhar a respeito de si mesmos, estrangeirando suas experiências de si.

[...] ao mesmo tempo em que os “inimigos de fora” nos vencem, começamos também a ser vencidos por nós mesmos e por nossos companheiros. O inimigo também está dentro de nós e ao nosso lado, quando aceitamos, naturalizamos e reificamos diferentes instituições: a organização política, a dureza e a inflexibilidade nossa e de nossos companheiros, uma certa maneira de se fazer política, de se viver a vida. Aprendemos – também através de árduas experiências – que precisaríamos inventar novas formas de se pensar a revolução, a política e a ética, afirmando as diferenças e multiplicidades presentes em nós e no mundo. (COIMBRA E NASCIMENTO, 2009, p.40).

¹⁹ Os intercessores, de acordo com Deleuze (1992) são essenciais ao movimento de criação. Podem ser pessoas, coisas, livros, animais, acontecimentos. Em suma, “fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores. [...] sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê” (p. 156).

Desmanchar certa concepção de Estado inclui empreender uma desestabilização daquilo que nos movimentos sociais encontra-se naturalizado, reativando discussões outrora consideradas como já superadas, compreensões muito bem estabelecidas, certezas bem consolidadas. Radicalizando, falamos em porificar a vida, torná-la desejante de poros, aberta aos fluxos, e isso envolve fomentar outras vias para os movimentos sociais e a militância, entendendo-os como práticas cotidianas de resistências. Práticas errantes, sempre da ordem do ensaio e improvisado. Potencializar, no seio das grupalidades que coadunam movimentos sociais, uma máquina de guerra e um corpo-militante errático, acrobático.

8. COMO COMPOR UM CORPO-MILITANTE: A MÁQUINA DE GUERRA POSSÍVEL (E NECESSÁRIA)

*A igreja diz: O corpo é uma culpa.
A ciência diz: O corpo é uma máquina.
A publicidade diz: O corpo é um negócio.
O corpo diz: Eu sou uma festa.*

(GALEANO, 1994)

No capítulo anterior, arriscamo-nos um pouco nas *com-versações* a respeito da concepção de Estado que reverbera em nós, voltando nossa atenção ao modo como os movimentos sociais incursionam vias que acabam fortalecendo uma compreensão dicotômica e endurecida do mesmo, enxergando-o como o foco/objetivos das lutas, detentor do poder que deve ser (re)tomado. A convergência entre os processos de governamentalização, a tecnologia biopolítica de poder e os mecanismos de controle que imperam na sociedade contemporânea constituem o terreno em que o aparelho de Estado, os movimentos sociais, seus territórios e suas relações são engendrados. Destecemos algumas dessas linhas para compor com outras compreensões, abrindo novas possibilidades ao real e *outrando* as experiências construídas nos/pelos movimentos sociais.

Apostamos na multiplicidade como caminho para a afirmação de um corpo-militante e de uma compreensão a respeito do aparelho de Estado que propriamente potencialize a construção de outros caminhos para movimentos sociais. Por isso, neste capítulo, arriscamos algumas proposições que visam fomentar a vida nos cantos e em seu ínfimo.

As problematizações suscitadas durante o desenrolar desta pesquisa foram muitas. Nossa participação nas assembleias e as conversas realizadas com militantes nos possibilitaram perceber que o momento atual dos movimentos sociais tem fomentado reflexões, análises e a colocação de perguntas a respeito do que se abre como possibilidades à militância. O cenário político e social é questionado e a relação com o aparelho de Estado tem sido avaliada com cuidado, pensando-se em avanços, retrocessos e o preço que foi necessário pagar para se alcançar maior interlocução com as esferas estatais. A gestão de Estado também é colocada em análise e nota-se que a chegada dos partidos de esquerda a cargos expressivos não trouxe a solução *ad infinitum* dos problemas. O fim da história, com seu paraíso tão desejado, não veio. Quais caminhos trilhar, agora?

E que eu acho que a Universidade precisa nos ajudar a buscar uma metodologia capaz de fazer as pessoas compreenderem isso e incidir nessa avaliação e na alteração disso, que eu também não sei qual é a medida correta, melhor, mais eficaz. Pode ser que seja um processo mais longo, né, demorado, pode ser um processo de avaliação do que foram as experiências do campo democrático popular dos últimos 15 anos... É hora de avaliar isso também, né... Nós falamos mal da ditadura militar a vida inteira e os governos democrático-populares tem o que, 15 anos? Porque considerando que foi Porto Alegre, lá atrás, ainda com Olívio Dutra, que experimentou lá o chamado orçamento participativo. Então, assim, é, esse é um processo também de avaliação dos erros e acertos, o quê que precisa melhorar, o que foi ruim [...]. Eu não quero acabar com o modelo democrático-popular, eu não acho que tem que acabar com os partidos de esquerda que chegaram nos últimos 15 anos ao poder... Eu acho que tem que avaliar a gestão. Acho que tem que avaliar de que democracia nós estamos falando. Democracia não pode ser, simplesmente, poder votar e ser votado, é muito mais que isso, né. (Entrevista 2)

...

[...] tem alguns governos que eles, literalmente, acabam com os movimentos sociais, porque pega todo mundo e leva pro governo ou cria uma relação corporativista, assistencialista, que sufoca, que elimina qualquer possibilidade de transformar essa luta, todo esse material humano que tem, em uma coisa que oxigene as lutas populares, que politize... É... Que ao invés de partidarizar, que faça um processo politizador, que façam as pessoas discutir meio ambiente, segurança pública, e as demais políticas. [...] Nós estamos necessitando de um processo de formação política. Não necessariamente de formação político-partidária, mas um processo de formação política cidadã, né, de controle, de como posso interferir [...]. (Entrevista 2)

O convite que fazemos para que se desmanche a concepção majoritária de Estado desemboca em duas vias problemáticas, ou melhor dizendo, duas vias provocativas. A primeira consiste em compreender que o Estado não é um transcendente, detentor de um poder que subjuga e domina a todos sem abrir brechas para o enfrentamento – fazendo-se a ressalva de que muitas vezes as ações do Estado produzem efeitos nocivos no tecido social. Nesse sentido, acompanhamos Deleuze e Parnet (1998) quando afirmam que o aparelho de Estado configura-se como um agenciamento concreto que atua organizando processos engendrados pela máquina abstrata do capital.

Nossa segunda via provocativa está implicada na primeira e questiona a compreensão, que também atravessa os movimentos sociais, de que a solução para os problemas sociais, políticos, econômicos etc. contemporâneos consiste na tomada de poder, na ocupação do Estado *dominador* pelos que outrora foram *dominados*.

O que fica obliterado por esse esquema de entendimento é a idéia de que um lugar de poder instituído, como o aparelho de Estado, funciona segundo certas lógicas e que “ocupá-lo” é, na maior parte das vezes, servi-lo na condição de operador de seus dispositivos e, nesta condição, o operador não muda a máquina, ele a faz funcionar. Experimentando a impossibilidade de transformar o funcionamento das máquinas estatais capitalísticas, mantêm-se a crença na possibilidade de reformas através de intervenções nas formulações e implementações de políticas públicas vinculadas ao Estado (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009, p. 51).

O investimento nessas compreensões há muito tempo acompanha a militância. Talvez seja um entendimento corporificado no período da ditadura militar e que permanece à flor da pele, servindo para lembrar daquilo que não se deve esquecer jamais. Não que o Estado não seja violador. Ele é, e muito. E ainda usa de artifícios que foram colocados em prática na ditadura militar. Vemos, cotidianamente, um Estado ditatorial atualizar-se no seio de um Estado que se pretende Democrático de Direito. Todavia, isso não faz dele uma instância hegemônica de poder.

Ademais, esse ideário sobre Estado e poder contribui para que os movimentos sociais caiam nas redes de captura produzidas pela sociedade de controle, encontrando-se hoje enredados, muitas vezes, em processos burocráticos, engessados, necessitando de um pouco de possível para não sufocar²⁰ e, por vezes,

²⁰ Fazendo novamente referência à Deleuze (1992).

desejando um “fim da história” que significaria ter descanso. Nesse aspecto, a *participação social*, aclamada entre os movimentos sociais e considerada necessária no processo de formação e *conscientização* política, tem se tornado uma via de sobreimplicação²¹, obstruindo análises de implicação²² necessárias à oxigenação das lutas. Cabe lembrar que o cansaço, na militância, interessa à lógica da sociedade de controle.

[...] o capital hoje não necessita somente de músculos e disciplina, mas fundamentalmente da inventividade e imaginação. A grande fonte de riqueza do capitalismo atual é a inteligência dos homens; essa é a riqueza que vem sendo vampirizada” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009, p. 54).

Dessa maneira, também fazemos uma provocação para que se lance outro olhar aos movimentos sociais, que busque tornar visível a potência ali ensejada, incessantemente. Para isso, flertamos com a ideia de máquina de guerra, trabalhada por Deleuze e Guattari (1997b).

No Tratado de Nomadologia, Deleuze e Guattari definem que a máquina de guerra é exterior ao aparelho de Estado. Este age por captura imediata, agarrando, ligando e impedindo qualquer combate. Trata-se, pois, de uma passagem fundamental para compreender como se estabelece a relação com os movimentos sociais. O aparelho de Estado amortece, se junta, absorve as demandas e as engessa, as transforma em alimento para a máquina abstrata do capital. Em última instância, trata-se de uma estratégia de retroalimentação das próprias forças de manutenção do Estado. Todavia, a máquina de guerra é de outra ordem, é pura exterioridade, multiplicidade.

Faz valer um *furor* contra a medida, uma celeridade contra a gravidade, um segredo contra o público, uma potência contra a soberania, uma máquina contra o aparelho. [...] Dá provas, sobretudo, de outras relações com as mulheres, com os animais, pois vive cada coisa em relações de *devenir*, em vez de operar repartições binárias entre “estados”: todo um *devenir-animal* do guerreiro, todo um *devenir-mulher*, que ultrapassa tanto as dualidades de termos como as correspondências de relações. Sob todos os aspectos, a máquina de guerra é de uma outra espécie, de uma outra natureza, de uma outra origem que o aparelho de Estado. (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p.12).

²¹ Entende-se por sobreimplicação “[...] a crença no sobretrabalho, no ativismo da prática, que pode ter como um de seus efeitos a dificuldade de se processar análises de implicações, visto que todo o campo permanece ocupado por um certo e único objeto” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2004, p. 1).

²² As análises de implicações consistem na reflexão de nossas práticas, atentando-se aos efeitos produzidos por elas. Como nos propõe Lourau (2004), a “implicação é um nó de relações; não é “boa” (uso voluntarista) nem “má” (uso jurídico-policial)” (p.190).

O aparelho de Estado configura-se como interioridade vinculada às formas, ao modelo, ao natural, tudo aquilo que está instituído, pautado em significações lógicas que ordenam a experiência coletiva, indo desde a rigidez de uma lei até o ínfimo de um hábito (HUR, 2012). Por isso, o homem da guerra é visto pelo Estado a partir da insígnia do negativo: o louco, o ilegal, o imoral, o *subversivo* etc. A máquina de guerra é puro processo, se mantém em movimento de devir e suscita acontecimentos. Nesse aspecto, ela produz irrupções, fendas e fissuras nas veias do real. Imputa vírgulas em meio aos fluxos e, dessa forma, faz colidir e confunde a racionalidade do Estado. Expõe hiatos e contradições, coloca em suspensão verdades outrora cristalizadas.

A máquina de guerra se instala *entre* o aparelho de Estado, que não possui uma máquina de guerra própria, mas se apropria de uma na forma exclusiva de instituição militar. Todavia, por vezes aparelho de Estado e máquina de guerra se embaralham, confundindo-se a irrupção do poder de guerra com a linhagem de dominação do Estado (DELEUZE; GUATTARI, 1997b). Num movimento dialogístico das forças, está-se suscetível a capturas, às quais se contrapõe o movimento inventivo das resistências.

Fazemos uma aposta nos movimentos sociais como via potente na montagem de máquinas de guerra possíveis e consideramos que é preciso trincar aquilo que neles se encontra, por ora, endurecido. Dissolver bandeiras, desmanchar territórios, abandonar identidades, *trans-versar* resistências. Resistir não consiste em disputar o poder, mas lutar por um mundo onde caibam outros tantos mundos, insuflando singularidades, multiplicidades e diferenças (OLIVEIRA, 2007).

Reencontrar, juntamente aos movimentos sociais, aquilo que se define no ínfimo das relações, no plano micropolítico, suscitado por uma prática cotidiana. Convocar um corpo e seus poros abertos à troca com as pluralidades do real. Um corpo-militante acrobático que nos faça re-cordar – que torne a passar pelo coração – a militância como um êthos, uma prática de si como forma de cuidado, que permite uma reflexão sobre nós mesmos e sobre nossa ação no mundo (CÉSAR, 2008). Um corpo-militante que não diz respeito ao corpo biológico-individual, isolado, íntimo, mas sim corpo aberto, composto por intensidades e disseminador de *comunismos* – no que se refere à produção do comum, à comunhão. Corpo que se define

exatamente pela sua capacidade de afetar e ser afetado, de se articular em meio às diferenças, que se compõe nas/com as singularidades.

Podemos pensar em um corpo-militante performático, corpo coletivo como sujeito da ação. Ou até mesmo em um Corpo Sem Órgãos, tal como mencionam Deleuze e Guattari (1996), que só pode ser ocupado e povoado por intensidades. Um corpo que “[...] é não-desejo, mas também desejo. Não é uma noção, um conceito, mas antes uma prática, um conjunto de práticas” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 08-09). Corpo como prática de resistência.

Entendemos que falar de direitos é apontar para cotidianas criações de si e de mundos. Não estamos aqui afirmando direitos universais e naturais, mas direitos construídos nas lutas diárias, nas experiências de cada homem inserido em suas coletividades. Estamos afirmando os direitos enquanto processualidade, enquanto conquistas datadas historicamente (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009, p. 55-56).

Compreendemos que é preciso construir diariamente um corpo-militante, estratégico e necessário, que se coloca na prontidão para os combates. A relação da qual se originam aparelho de Estado e movimentos sociais compõe-se da potência do acontecimento e também das vias de captura. Mas, como provocam Deleuze e Guattari (1997b),

Será possível que no momento em que já não existe, vencida pelo Estado, a máquina de guerra testemunhe ao máximo sua irrefutabilidade, enxameie em máquinas de pensar, de amar, de morrer, de criar, que dispõem de forças vivas ou revolucionárias suscetíveis de recolocar em questão o Estado triunfante? E no mesmo movimento que a máquina de guerra já está ultrapassada, condenada, apropriada, e que ela toma novas formas, se metamorfoseia, afirmando sua irredutibilidade, sua exterioridade: desenrolar esse meio de exterioridade pura que o homem de Estado ocidental, ou o pensador ocidental, não param de reduzir? (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 13)

É preciso apostar na vida como um processo que não cessa de (re)fazer-se. O desafio que se coloca, portanto, é sustentar, ou suscitar, no seio dos movimentos sociais, a máquina de guerra possível, compreendendo-se que ela, como puro processo, faz correr provisoriades, fulgura acontecimentos de “rabo-de-foguete”. É “[...] muito mais um desmoronamento, um desarranjo, uma propagação de fluxos, do que imagens já instituídas e formadas” (HUR, 2012, p. 56).

9. PARA (NÃO) CONCLUIR

Nesta dissertação evidenciamos práticas que tem sido preponderantes na construção do presente e cuja problematização consideramos fundamental, a fim de que possamos lançar outro olhar para a relação entre movimentos sociais e aparelho de Estado.

Ao nos aproximarmos do fim desse percurso, nos questionamos a respeito das conclusões a que chegamos. De nossas andanças aventureiras pelos territórios dos movimentos sociais, ousamos afirmar que trazemos na bagagem, na verdade, múltiplas inconclusões. Nossa caminhada se traduz em pura experimentação. Arriscamos aqui algumas análises marcadas pela provisoriedade, pelo flerte com o inesperado. Consideramos potente afirmar as inconclusões desse percurso, já que “[...] o que não tem fim determinado, sugere que tudo pode acontecer” (OLIVEIRA, 2007, p. 83).

Empenhamo-nos em desmanchar aquilo que, no terreno dos movimentos sociais, se encontra endurecido: as concepções de Estado totalizador e transcendente, a história como progresso, o poder como algo que se detém e que está localizado no aparelho de Estado. Ao convocar o cenário caleidoscópico propiciado pelas manifestações que correram o mundo desde o final de 2010, nos empenhamos, também, na produção de fissuras nos movimentos sociais, ensejando que eles estrangeirassem as experiências de si e fomentando análises de implicações.

Buscamos abrir poros no presente, e no movimento de desmanchar instituições que perduram na relação entre movimentos sociais e aparelho de Estado, atentamos aos processos de subjetivação que se colocam em curso no contemporâneo.

Desacostumar as vistas para sacudir aquilo que está cristalizado, apontando que é possível e necessário esculpir outros caminhos aos movimentos sociais. Apostamos na montagem dos movimentos sociais como máquinas de guerra que se colocam a inventar resistências cotidianamente, frente aos processos de captura engendrados pelo aparelho de Estado.

A aposta é na resistência como possibilidade, como alargamento da esfera do ser, como processo de libertação baseado na livre expressão das diferenças. Provocar, estimular, correr riscos, convocar a potência da vida, abre-se como possibilidade. Cesuras são abertas e fechadas constantemente (OLIVEIRA, 2007, p. 126).

Nesse aspecto, trazemos à cena um corpo-militante por meio do qual afirmamos a luta por direitos como práticas de si e de afirmação das potências da vida pela via da diferença. O exercício de construção de um corpo-militante pressupõe uma aposta, como incita Deleuze (2005), de que

[...] crer não significa mais crer em outro mundo, nem num mundo transformado. É apenas, simplesmente, crer no corpo. Restituir o discurso ao corpo, e, para tanto, atingir o corpo antes dos discursos, antes das palavras, antes de serem nomeadas as coisas (Deleuze, 2005, p. 207-208).

As proposições desta dissertação figuram como inconclusões provocativas, abertas às trocas, afetações e insurgências que vão se desenhando a partir de uma potência de diferir que é própria à vida.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. M. Medo, direitos humanos e modos de subjetivação. In: **Clínica e Política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas**. Org.: Janne Calhau Mourão; colaboração de Marco Aurélio Jorge. – Rio de Janeiro: Abaquir: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009, p. 277 – 292.

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGUIAR, M. F. Racionalidade e Consciência: concepções acerca dos movimentos sociais. **Revista Habitus**: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 76-90, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/revistahabitus/article/view/27/24>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

AGUITON, C. **O mundo nos pertence**. São Paulo: Viramundo, 2002.

ALVIM, D. M. Pensamento indomado: História, poder e resistência em Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: **Dimensões**, Programa de Pós Graduação em História, UFES, vol. 24, p. 193-207, 2010.

AMADOR, F. S. Ética e Direitos Humanos na e pela Pesquisa e Extensão Universitárias. In: **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, v.17 – n. 2, p. 109-117, Jul./Dez. 2005. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25364-25366-1-PB.pdf>. Acesso em: 05 de outubro de 2011.

ANDRADE, C. D. **Reunião: 10 livros de poesia**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S.A., 1978.

AZEVEDO, D. A. Movimentos sociais, sociedade civil e transformação social no Brasil. In: **Revista Multidisciplinar da UNIESP - Saber Acadêmico** - n ° 09, p. 214–223, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/revista/revista9/pdf/artigos/18.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2012.

BARROS, L. P; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas para o método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75.

BARROS, R. B. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007.

BOFF, L.; BOFF, C. **Como fazer Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 6.044, de 12 de fevereiro de 2007**. Aprova a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos - PNPDDH, define prazo para a

elaboração do Plano Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2007. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6044.htm>.
Acesso em: 07/05/2014.

BUSON, I. F. #protestoemvitória. Manifestantes ocupam a terceira ponte e abrem as cancelas do pedágio. Vitória, Espírito Santo 03/06/2011. 2011. Disponível em:
<<https://www.flickr.com/photos/buson/5797295736/in/set-72157626884919174>>.
Acesso em: 12/09/2014.

CAIAFFO, S.; SILVA, R. N.; MACERATA, I.; PILZ, C. Da multidão-massa à multidão-potência: contribuições ao estudo da multidão para a Psicologia Social. In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 59, n. 1, p. 27-37, 2007. Disponível em:
<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v59n1/v59n1a04.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2012.

CARLOS, E. Movimentos sociais: revisitando a participação e a Institucionalização. In: **Lua Nova**, São Paulo, p. 353-364, 2011. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452011000300011&script=sci_arttext>. Acesso em: 22/01/2013.

CARNEIRO, H. S. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. et al. **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 7 – 14.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault** – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 188 – 193.

CDDH – CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA SERRA. **Quarta Alteração Do Estatuto Social Do Centro De Defesa Dos Direitos Humanos Da Serra** - Estado do Espírito Santo. Serra, 2003.

CÉSAR, J. M. **Processos grupais e o plano impessoal: a grupalidade fora no grupo**. Dissertação de mestrado em Psicologia. PPGP – UFF, 2008.

COIMBRA, C. M. B. **Direitos Humanos: Panorama Histórico e Atualidade**. Palestra realizada no Seminário “Psicologia e Direitos Humanos”, promovido pelo CRP – 06 e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP – USP, em Ribeirão Preto (SP), em agosto de 1999. Disponível em:
<<http://www.slab.uff.br/textos/texto46.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2012.

COIMBRA, C. M. B. Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo. In: **Psicologia Política**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 139-168, 2001.

COIMBRA, C. M. B., LOBO, L. F., NASCIMENTO, M. L. Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. In: **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 89-102, 2008.

COIMBRA, C. M. B., NASCIMENTO, M. L. Movimentos sociais e sociedade de controle. In: TEDESCO, S., NASCIMENTO, M. L. (Org.). **Ética e Subjetividade: novos impasses no contemporâneo**. Porto Alegre: Sulinas, 2009, p. 39 – 59.

COIMBRA, C. e NASCIMENTO, M. L. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004. Disponível em: <http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Maria%20L%C3%ADvia%20do%20Nascimento/texto22.pdf>. Acesso em: 25/07/2014.

CONSOLIM, M. C. Gustave Le Bon e a reação conservadora às multidões. In: **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da história**. ANPUH/SP, UNICAMP, Campinas, p. 01 – 09, 2004. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20II/Marcia%20Cristina%20Consolim.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2012.

COSTA, F. R.; ZANGELMI, A. J.; SCHIAVO, R. A. Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação: algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual. In: **Intratextos**, Rio de Janeiro, vol 2, nº 1, p. 33 – 50, 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/1759>>. Acesso em: 03 dez. 2012.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. **A imagem – tempo**. São Paulo: Braziliense, 2005.

DELEUZE, G., PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia: Vol. 4**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997a.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia: Vol. 3**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia: Vol. 5**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997b.

FONTES, V. Conversando sobre política e classes sociais na atualidade. In: **Anais 1º Ciclo de Conferências: Políticas que produzem educação**. 1º Ciclo de Conferências: Políticas que produzem Educação. São Gonçalo, Rio de Janeiro: UERJ/FAPERJ, p. 13-26, 2008.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: Curso do Collège de France (1975 – 1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979, p.15-37.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L., RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad.: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231- 249.

FOUCAULT, M. O que é a crítica? [Crítica e Aufklärung] – Conferência proferida em 27 de maio de 1978. In: **Bulletin de la Société française de philosophie**, Vol. 82, nº 2, abr/jun 1990. Disponível em: <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, População**: Curso dado no Collège de France (1977 – 1978). Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.

GALEANO, E. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GALEANO, E. **As palavras andantes**. Porto Alegre: L&PM, 1994.

HUR, D. U. **Cartografias da luta armada: a guerrilha como máquina de guerra**. In: **Mnemosine**, Rio de Janeiro, vol.8, nº2. Departamento de Psicologia Social e Institucional, UERJ, p. 51-69, 2012. Disponível em: http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/254/pdf_239> Acesso em: 24/08/2014.

IASI, M. **A greve e a democracia virtual**. Blog da Boitempo. Disponível em: <http://boitempoeditorial.wordpress.com/2012/06/27/a-greve-e-a-democracia-virtual/>> Acesso em: 03 jul. 2012.

LEMONS, F. C. S., JÚNIOR, H. R. C. A genealogia em Foucault: uma trajetória. In: **Psicologia & Sociedade**; vol 21, n 3, p. 353 – 357, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a08v21n3.pdf>>. Acesso em: 23 de novembro de 2012.

LOURAU, R. Objeto e método da análise institucional. In: ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 65 – 86.

MACHADO, L. D.; LAVRADOR, M. C. C. As políticas que incidem sobre a vida. In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, ano 10, n. 1 UERJ, p. 118-133, 2010. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a09.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

NEGRI, A. A constituição do comum. Conferência realizada durante o **II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo: Economia do Conhecimento e a Constituição do Comum**, 2005, Brasília. Acervo online. Disponível em:

<<http://fabiomalini.files.wordpress.com/2007/03/a-constituicao-do-comum-traducao.doc>>. Acesso em: 10 de abril de 2012.

NEGRI, A. Antonio Negri. “Não há saída para a crise. A guerra tornou-se uma possibilidade”. **Entrevista a Nuno Ramos de Almeida**. Disponível em: <<http://www.ionline.pt/mundo/antonio-negri-nao-ha-saida-crise-guerra-tornou-se-uma-possibilidade>>. Acesso em: 04/07/2012.

NEVES, C. E. A. B. Pensando o contemporâneo no fio da navalha: entrelaces entre desejo e capital. In: **Lugar Comum**, no19-20, pp. 135-158, jan/jun2004. Disponível em: <<http://www.slab.uff.br/textos/texto81.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

OLIVEIRA, L. M. B. **Corpos Indisciplinados**: ação cultural em tempos de biopolítica. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 2007.

PASSETTI, E. Sobre sociedade de controle, educação e fluxos. In: TEDESCO, S., NASCIMENTOS, M. L. (Org.). **Ética e subjetividade: novos impasses no contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 156 – 168.

PASSOS, E. BARROS, R. B. Por uma política da narrativa. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 150 – 171.

PAULINO, V. S. **Articulação entre os atores sociais na década de 1980**: A constituição do projeto democrático participativo no município da Serra, ES. Dissertação de mestrado em Política Social. PPGPS-UFES, 2009.

PELBART, P. P. Anota aí: Eu sou ninguém. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de jul. de 2013. Tendências/Debates. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/119566-quotanota-ai-eu-sou-ninguemquot.shtml>>. Acesso em 23 de julho de 2013.

RAGO, M. Libertar a História. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (Org.). **Imagens de Foucault e Deleuze** – ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p. 255 – 272.

ROSA, J. G. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

SCALDAFERRO, M. C. S. Hegel e o fim da História. In: Polymatheia – Revista de Filosofia (ISSN 1984-9575), Fortaleza, vol V, nº 8, 2009, p. 211-230.

SPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

TELLES, V. S. Anos 70: experiências e práticas cotidianas. In: KRISCHKE, P., MAINWARING, S. (Org.) **A Igreja nas bases em tempo de transição (1974 – 1985)**. Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 48 – 71.

VEIGA-NETO, A., LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. In: **Educação e Sociedade**, vol. 28, n.100 – Especial. Campinas, p. 947 – 963, out. 2007.

VEIGA-NETO, A. Michel Foucault e Educação: há algo de novo sob o sol? In: VEIGA-NETO, A. (org.) **Crítica Pós-Estruturalista e Educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995, p. 9 – 56.

VEYNE, P. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995. p. 151 – 181.

VEYNE, P. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HECKERT, A. L. C.; BARROS, M. E. B. Desafios metodológicos para a pesquisa no campo da psicologia: o que pode uma pesquisa? In: Rocha, M. et al. **Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 87 a 116.

ZALUAR, A. **Da revolta ao crime S.A.**. São Paulo: Editora Moderna, 1996.